



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLITICA – PPGCP

ZITO PEDRO

**GÊNESE, EVOLUÇÃO E FORMATO DO SISTEMA PARTIDÁRIO
PARLAMENTAR DE MOÇAMBIQUE DE 1994 A 2014**

Belém-Pará

Abril/2018

ZITO PEDRO

**GÊNESE, EVOLUÇÃO E FORMATO DO SISTEMA PARTIDÁRIO
PARLAMENTAR DE MOÇAMBIQUE DE 1994 A 2014**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do Título de Mestre em Ciência Política.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira

Belém-Pará

Abril/2018

Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação
(CIP) Sistema de Bibliotecas da
Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os
dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P372g Pedro, Zito

Gênese, Evolução e Formato do Sistema Partidário Parlamentar de
Moçambique de 1994 a 2014: Estudo Descritivo / Zito Pedro. — 2018

104 f.: il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência
Política (PPGCP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira

1. Fragmentação Partidária. 2. Moçambique. 3. Sistema Partidário.
4. Sistema Eleitoral. 5. Partidos Políticos. I. Siqueira, Edir Veiga,
orient. II. Título

**GÊNESE, EVOLUÇÃO E FORMATO DO SISTEMA PARTIDÁRIO
PARLAMENTAR DE MOÇAMBIQUE DE 1994 A 2014**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira
Orientador
PPGCP – UFPA

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza
Examinador Interno
PPGCP - UFPA

Profa. Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves
Examinadora Externa
PPGSA - UFPA

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Julieta Mareja pelo contágio da sua ética,
Ao meu pai, Pedro Gaspar Tique que ALLAH o tenha (*in mimorian*), por ser minha
fonte de inspiração.
Aos meus irmãos Maiassa, Élio, Michael e a minha namorada Yara Fijamo, por tudo
quanto este trabalho lhes deve e pela distância constante de tempo de convívio.

AGRADECIMENTOS

A ALLAH, aos meus pais, Pedro Gaspar Tique e Julieta Mareja, a quem devo não somente a vida, mas o aprender a viver de maneira justa, digna e confiante.

Aos meus irmãos Maiassa, Élio e Michael, e a minha namorada Yara Fijamo que me acompanharam ao longo desta caminhada quer nos momentos difíceis quer nos momentos alegres.

Agradeço ao meu Orientador Prof Dr. Edir Veiga Siqueira, não só pelo fato de não ter tido dúvida em me aceitar como orientando, mas, sobretudo pela orientação metódica, prática e objectiva. Os agradecimentos também se estendem para os professores do PPGCP, a prof^a Dolores, prof^a Eugênia e prof^a Marise, e especialmente ao Professor Carlos Souza, que soube sempre me ajudar nos momentos difíceis e me ensinou como deveria ser; como me comportar; como ser um estudante no Brasil e em uma pós graduação, e as diversas maneiras de amparo. Ao PPGCP de maneira especial as duas melhores secretárias (Delice e Ana Tavares), aos Bolsistas (Hugo e Francisco), bem como ao funcionário emérito Carlos Artur Quatorze, vocês foram à família que me amparou na UFPA.

Aos meus sinceros amigos, Fidel Terenciano, Acrisio Victorino, Inácio Macamo, Dercio Mathe, Cleide Fernandez (Angolana), Josefina da Silva (Guiné Bissau), Edson Amone, Bitone Viage, Rafael Monteiro, Cornélio Mucache, Justo Nauva, ao Mano Rubens e Claudio, por tudo que fizeram por mim, pelas censuras, ensinamento e todos os momentos que vivemos juntos. Desde a bola, até as criticas construtivas quando íamos “furar” a fila no (RU) após uma aula. Aos colegas da turma, Francisco Neto, Andre Buna, Luíz Eduardo, Maycon Yuri, e todos outros que não pude lista-los.

Obrigado a todos.

KIHOSHUKURO¹

¹ Significa “Obrigado” em minha língua materna, chamada (Macua), que é falada na zona norte de Moçambique.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a gênese, evolução e o formato do sistema partidário parlamentar moçambicano. Ao contrário do que aconteceu em outros países africanos, os principais partidos políticos em Moçambique (FRELIMO e RENAMO) formaram-se antes da transição para o regime democrático. Assim, essa pesquisa procurou analisar qual foi o formato e a dinâmica de funcionamento do sistema partidário parlamentar de 1994 a 2014. Partindo da hipótese de que o sistema partidário de Moçambique é de baixa fragmentação. Este estudo se fundamenta nas teses de que os sistemas partidários podem ser vistos por um ponto de vista dos modelos de competição que se estabelecem dentro das diferentes sociedades políticas, e seguiu a abordagem institucionalista, que compreendeu que as instituições importam e determinam o sistema partidário em Moçambique. Esta pesquisa é Quali e Quanti de um fenômeno social e político do Estado moçambicano, no período entre 1994 a 2014, pois trabalhou com dados agregados e empíricos sobre o sistema partidário parlamentar e eleitoral de Moçambique. Conclui-se que pelo fato dos dois partidos políticos (FRELIMO e RENAMO) serem os principais atores que controlam a instituição de administração eleitoral desde 1994, explica em parte a distribuição dos assentos parlamentares e, por conseguinte vem se configurando num sistema partidário Bi partidário consubstanciado com o sistema de partido predominante.

PALAVRAS-CHAVES: Fragmentação Partidária, Moçambique, Sistema Partidário, Sistema Eleitoral e Partidos Políticos.

ABSTRACT

This study aims to analyze the genesis, evolution and format of the Mozambican parliamentary party system. Contrary to what happened in other African countries, the main political parties in Mozambique (FRELIMO and RENAMO) were formed before the transition to the democratic regime, Carbone (2003). Thus, this research sought to determine the format and dynamics of the functioning of the parliamentary party system from 1994 to 2014. Assuming that the party system in Mozambique is of low fragmentation. This study is based on the thesis that party systems can be seen from a point of view of the models of competition that are established within the different political societies. The methodology of the study was based on a literature review on the parliamentary party system developed by Duverger (1950), Sartori (1982), followed by the survey of the secondary data of the official election results of the 1994 to 2014 elections, organization, measurement and analysis of the data and demonstration of the evolution and format of the parliamentary partisan system of Mozambique. The research followed the institutionalist approach, which understood that institutions import and determine the party system in Mozambique. The results of the survey showed that, because the two political parties (FRELIMO and RENAMO) were the main actors that controlled the electoral management institution since 1994, it explains in part the distribution of parliamentary seats and the format of the Mozambican party system.

KEYWORDS: Partition Fragmentation, Mozambique, Partition System, Electoral System and Political Parties.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Composição da Administração Eleitoral em Moçambique de 1994 a 2014.....	64
Gráfico 2.	Resultados das Eleições Gerais de 1994.....	67
Gráfico 3	Resultados das Eleições Gerais de 1999	68
Gráfico 4	Resultados das Eleições Presidências de 2004.....	69
Gráfico 5	Resultados das Eleições Gerais de 2009.....	71
Gráfico 6	Resultados das Eleições Gerais de 2014.....	73
Gráfico 7	Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 1994 a 2014.....	82

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURA

Tabela 1	Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 1994.....	76
Tabela 2	Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 1999.....	77
Tabela 3	Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 2004.....	78
Tabela 4	Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 2009.....	79
Tabela 5	Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 2014.....	80
Tabela 6	Número de Partidos Efetivos de 1994 a 2014.....	84
Tabela 7	Volatilidade Partidária Parlamentar da Assembleia da República de Moçambique de 1994 a 2014.....	88
Quadro 1	Sistema Eleitoral e Partidário de Moçambique de 1994 a 2014.....	61
Figura 1	Localização Geografica de Mocambique	40
Figura 2	Distribuição Espacial da Dominância dos Partidos em Moçambique nas eleições de 1994 a 2014.....	86

LISTA DE SIGLAS

AGP	Acordo Geral de Paz
CNE	Comissão Nacional de Eleições
STAE	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
RENAMO	Resistencia Nacional Moçambicana
RENAMO-UE	Resistencia Nacional Moçambicana – União Eleitoral
FDU	Frente Democrática Unida
FAP	Frente de Ação Patriótica
PPPM	Partido para o Progresso do Povo de Moçambique
PUN	Partido de Unidade Nacional
FUMO/PCD	Frente Unida de Moçambique/Partido de Convergência Democrática
MONAMO/PSD	Movimento Nacionalista Moçambicano/Partido Social Democrata
PCN	Partido da Convenção Nacional
ALIMO	Aliança Independente de Moçambique
PEMO	Partido Ecologista de Moçambique
PAREDE	Partido de Reconciliação Democrática
PIMO	Partido Independente de Moçambique
PALMO	Partido Liberal e Democrático de Moçambique
PAMOMO	Partido Democrático para a Reconciliação em Moçambique
PACODE	Partido do Congresso Democrático
PT	Partido Trabalhista
PPM	Partido Popular de Moçambique
PADEMO	Partido Democrático de Moçambique
PDD	Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento
SOL	Partido Social-Liberal e Democrático

PADELIMO	Partido Democrático para a Libertação de Moçambique
PANADE	Partido Nacional Democrático
PANAMO	Partido de Ampliação Social de Moçambique
PANAOC	Partido Nacional de Moçambique
PASOMO	Partido Nacional dos Operários e dos Camponeses
PEC-MT	Partido Ecologista - Movimento da Terra
PRD	Partido Renovador Democrático
CDU	Congresso dos Democratas Unidos
UMANO	União Nacional Moçambicana
PAC	Partido Africano Conservador
FL	Frente Liberal
UM	Partido União para Mudança
PLDM	Partido Livre Democrático de Moçambique
PAZS	Partido para a Liberdade e Solidariedade
PARENA	Partido de Reconciliação Nacional
PVM	Partido dos Verdes de Moçambique
PARTONAMO	Partido para Todos os Nacionalistas de Moçambicanos
PSDM	Partido Social Democrático de Moçambique
PADRES	Partido da Aliança Democrática e Renovação Social
PSM	Partido Socializa de Moçambique
PASDI	Partido Social Democrata Independente
PPD	Partido Popular Democrático de Moçambique
PPLM	Partido do Progresso Liberal de Moçambique
UMO	União Moçambicana da Oposição
MJRD	Movimento Juvenil para a Restauração da Democracia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CAPÍTULO I: ESTUDO PARTIDÁRIO E REFERÊNCIAL TEÓRICO DA PESQUISA 20	
1.1 NEO – INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO	27
1.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA	30
1.3 NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NUM SISTEMA PARTIDÁRIO.....	33
1.4 VOLATILIDADE ELEITORAL.....	35
1.5 PARTIDOS POLÍTICOS	38
1.5.1 Conceito	38
2 CAPÍTULO II. LUTA PELA INDEPENDÊNCIA, GUERRA CIVIL E O PROCESSO DE	
DEMOCRATIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE.....	39
2.1 DA COLONIZAÇÃO A CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE	40
2.2 MOÇAMBIQUE PÓS- INDEPENDÊNCIA	46
2.3 A FORMAÇÃO DO ESTADO SOCIALISTA E A ECLOSÃO DA GUERRA CIVIL	47
2.4 PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE	48
3 CAPÍTULO III: SURGIMENTO DOS PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS E	
ELEIÇÕES GERAIS EM MOÇAMBIQUE.....	50
3.1 SURGIMENTO DA FRELIMO.....	51
3.2 SURGIMENTO DA RENAMO	55
3.3 SURGIMENTO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MOÇAMBIQUE (MDM).....	57
3.4 SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO DE MOÇAMBIQUE	59
3.5 ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE: ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	61
3.6 ELEIÇÕES	65
3.6.1 Eleições Gerais de 1994.....	66
3.6.1 Eleições Gerais de 1999	67
3.6.2 Eleições Gerais de 2004.....	69
3.6.3 Eleições Gerais de 2009	70
3.6.4 Eleições Gerais de 2014.....	71
4 CAPÍTULO IV: PARTIDOS PARLAMENTARES E AS DISPUTAS PARA	
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE	75
4.1 PARTIDOS PARLAMENTARES E DISPUTAS PARA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE ..	75
4.2.1. Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 1994.....	76
4.2.2. Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 1999.....	77
4.2.3. Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 2004.....	78

4.2.4. Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 2009.....	79
4.2.5. Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 2014.....	80
4.2 DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTOS PARLAMENTARES DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1994 A 2014	81
4.3 FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA – PARLAMENTAR DE 1994 A 2014	83
4.4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA DOMINÂNCIA DOS PARTIDOS EM MOÇAMBIQUE NAS ELEIÇÕES DE 1994 A 2014	85
4.5 VOLATILIDADE PARTIDÁRIA NACIONAL NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE DE 1994 A 2014	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como título gênese, evolução e formato do sistema partidário parlamentar de Moçambique no período de 1994 a 2014. Tem dois objetivos básicos: estudar a gênese e evolução do sistema partidário parlamentar através da história política e dos resultados das eleições legislativas (parlamentares) de Moçambique e caracterizar o formato dos partidos políticos moçambicanos, tendo como referência a configuração destes partidos no parlamento no período de cinco (5) eleições consecutivas 1994/99/2004/09 e 2014.

Ao se propor esta pesquisa pretende-se com a mesma contribuir para ajudar a desvendar a evolução e o formato do sistema partidário parlamentar e eleitoral moçambicano atual, se constituindo em mais uma fonte para futura investigação sobre o tema, também colocar à disposição da sociedade moçambicana o presente estudo, cujo referencial teórico busca estudar partidos e eleições enquanto sistemas, que sofrem condicionamentos das regras legais e das forças sociais em disputa. (SIQUEIRA, 1999).

A democracia multipartidária em Moçambique começou, de fato, a partir de 1990 quando a Assembleia Popular aprovou uma nova Constituição da República, mudando o sistema político-eleitoral, até então unipartidário, para um sistema multipartidário e concidentemente começavam a existir condições para pôr fim à guerra civil de 1976-1992, cujo apogeu foi à assinatura do Acordo Geral de Paz na cidade Italiana de Roma em 1992², o que levou a formação de novas agremiações políticas e a realização das primeiras eleições multipartidárias de 1994. (TERENCIANO; SOUZA, 2016).

No histórico da democracia representativa moçambicana registaram-se a realização de oito eleições, das quais quatro foram gerais (legislativas e presidenciais) – 1994, 1999, 2004 e 2009 –, três foram autárquicas, as de 1998, de 2003 e de 2008. Com a exceção das eleições de 1994, que podem ser consideradas fundadoras, porque introduziram o multipartidarismo no País, as outras eleições tiveram um denominador comum: foram antecedidas de um ajuste na legislação vigente e também foram contestadas. (MACUANE, 2010, p, 115).

² O Acordo Geral de Paz de Roma foi um acordo entre o partido-Estado (FRELIMO) e a RENAMO (movimento rebeldes), que era o movimento de resistência, considerada como desestabilizador do País, que colocou o fim da guerra civil em Moçambique de 1976-1992. Este acordo, foi assinado em Roma, na Cidade Italiana, em 4 de Outubro de 1992. Salientar que este acordo, seguia sobremaneira a viragem da página da história política de Moçambique, a par da nova Constituição de 1990, que permitia por Lei, a existência de novas agremiações políticas e uma democracia nos moldes eleitoralista.

Em relação evolução e o formato do sistema partidário e eleitoral moçambicano, no horizonte temporal de 1994 a 2014, há que realçar que nenhuma monografia ou dissertação bem como tese do doutorado foi encontrada em Moçambique. O pesquisador trabalhou diretamente com os resultados oficiais da Comissão Nacional de Eleições (CNE), do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), e de jornais do período em análise para poder compreender melhor as variações das competições partidárias de cada eleição.

A última década do século XX foi caracterizada, por uma retomada do multipartidarismo na África, em geral. O retorno dos partidos políticos produziu uma continuidade não só na vida política do Continente, mas também no estudo da política africana. Uma série de novas pesquisas foram realizadas em grande parte com base em teorias existentes e conceitos em ciência política, (CARBONE, 2007).

Os países que adotam a eleição presidencial com dois turnos (pluralidade e maioria absoluta) tendem a apresentar um sistema multipartidário já em nível presidencial, ao passo que a eleição por pluralidade não coincidente, não seria capaz de transpor, para a arena Congressual (parlamentar), a tendência ao bipartidarismo que, no entanto, tenderia a prevalecer para a escolha do Executivo, CAREY; SHUGART, 1992; LIMA Jr, 2005).

Nos países industrializados, os partidos políticos que ficaram muito tempo no poder foram relativamente poucos, e a literatura de ciência política mostra-os como sendo uma espécie de anomalia democrática. Apesar das reformas políticas adotadas no início de 1990, por contraste , muitos dos regimes da África são dominados por partidos que ganharam grande maiorias em duas , três ou até quatro eleições sucessivas. Dai que muitas vezes era o mesmo partido que ganhou "transição " ou " fundador" (como em Moçambique e Tanzânia) ou um nova formação surgiu a partir da oposição (como na Zâmbia ou Malawi) que conseguiu preservar o poder em eleições subseqüentes, (CARBONE, 2007).

O assunto sobre os sistemas de partido da África que é mais frequentemente analisados é de agora a questão do domínio do partido. A questão é parte de uma perspectiva mais ampla que não olha para as relações entre o sistema partidário e algumas variáveis externas (Por exemplo, normas eleitorais ou clivagens sociais), mas concentra-se nas formas e dinâmica interna ao próprio sistema, (CARBONE, 2007,p,14).

A forma de “domínio” usado como referência na política partidária em África é que a noção abrange os casos que são significativamente diferentes: alguns podem ser corretamente

chamados de “partidos dominantes”, mas outros são, na realidade, de plenos direito “partidos hegemônicos” isto é, “partidos autoritária dominante”, (SARTORI, 1982; CARBONE, 2007).

Assim, em Moçambique é possível verificar que, desde 1994 sempre houve tendência dos dois partidos com maior expressão nacional e no parlamento moçambicano, influenciarem na configuração do sistema partidário, pois esses dois partidos controlam a composição dos membros nos órgãos de gestão eleitoral (Comissão Nacional de Eleições³). Daí que por meio destes argumentos, urge questionar: ***Qual é o formato e a dinâmica de funcionamento do sistema partidário e eleitoral de Moçambique de 1994 a 2014?***

Em termos de objetivos de pesquisa, este estudo tem quatro objetivos, dos quais um geral, analisar a gênese, evolução e o formato do funcionamento do sistema partidário parlamentar de Moçambique no período temporal de 1994 a 2014, e quantos aos objetivos específicos temos três, donde: primeiro, descrever a gênese e o funcionamento do sistema partidário de Moçambique, segundo, identificar a origem dos principais partidos políticos de Moçambique e terceiro analisar a influência do sistema eleitoral de Moçambique na configuração do sistema partidário de Moçambique.

A pertinência deste trabalho dá-se na medida em que procura descrever a realidade das evoluções e formatos que ocorreram no sistema partidário parlamentar e eleitoral de África, especificamente de Moçambique. Ou seja, de uma forma geral, pretende-se analisar as dinâmicas e tendências do sistema partidário parlamentar de Moçambique, (analisar a gênese, a evolução e o formato).

Esse debate das dinâmicas do campo político será feito em duas formas, que são: a primeira através da gênese e evolução e a segunda que claramente será o formato do sistema partidário parlamentar eleitoral. Porém os debates em torno desse tema são extremamente escassos no continente Africano, por isso, espera-se que esta pesquisa traga um contributo para melhor compreensão na arena dos sistemas partidários africanos com mais enfoque à Moçambique e para isso socorrer-se-á à literatura existente sobre os estudos políticos na

³ A Comissão Nacional de Eleições – CNE, é o órgão que rege, administra e controla todo processo eleitoral. Para tal, mas suas ações técnicas e administrativas são efetivadas pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

África com destaque para alguns autores como: (BRITO, 1995; LINDEBERG, 2006; CARBONE, 2007; NUVUNGA, 2014).

Para o caso concreto de Moçambique, vai se procurar demonstrar por meio dos acontecimentos ocorridos desde o cenário político que já vem se desencadeando a partir dos anos de 1990, onde tivemos mudanças significativas na nomenclatura do sistema partidário, os partidos e os sistemas partidários dizem muito sobre o funcionamento de um sistema político. Daí que podem ser um veículo para o estudo dos processos de democratização.

A primeira tentativa de tipificação dos sistemas partidários, entre bipartidários e multipartidários, foi conseguida por Duverger (1957), contando apenas o número de partidos em diferentes sistemas políticos.

Os efeitos políticos destes dois formatos eram diferenciados e por isso o critério utilizado por Duverger (1957) que é o número de partidos, tem estado na base da maioria dos estudos posteriores que se fizeram sobre os sistemas de partidos.

Vamos também nos auxiliar de alguns autores que abordam sobre os sistemas partidários, tais como: (DOWNS, 1999; DUVERGER, 1957; SARTORI, 1982; LIMA Jr, 1997; TAVARES, 1994), para melhor compreender a temática em estudo.

Podemos considerar a hipótese como um enunciado geral de relações entre variáveis (fato e fenômenos), onde em parte é formulado como solução provisória para um determinado problema, sendo a mesma passível de verificação empírica em suas consequências, Marconi ; Lakatos (2009), assim, para esta pesquisa elaboramos três hipóteses que são: hipótese 1, a guerra civil moçambicana entre a FRELIMO e a RENAMO, condicionou a dinâmica da disputa eleitoral no País, hipótese 2, o sistema partidário parlamentar de Moçambique é multipartidário de baixa fragmentação e por a hipóteses 3, o sistema eleitoral de Moçambique limita o surgimento e crescimento de novos partidos políticos parlamentares

Metodologicamente esta proposta de estudo se enquadra no debate sobre o sistema partidário, e as nossas indagações incidem sobre a gênese, evolução e formato do sistema partidário parlamentar e eleitoral de Moçambique de (1994 a 2014), para alcançar os resultados com base nas estratégias metodológicas, alguns autores, tais como, Lakatos e Marconi (2009) explicam que os procedimentos metodológicos podem ser compreendidos como sendo os métodos e técnicas que podem ser usados para efetivação de um trabalho científico.

E, de acordo com a definição de Prodanov ; Freitas (2013), a metodologia é o processo de aplicação de procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa que devem ser observados para construção do conhecimento científico, com o propósito de comprovar a sua validade e utilidade nos diversos domínios da sociedade.

Com o objetivo de conhecer o estado da arte existente sobre a temática, analisou-se em uma perspectiva problemática, as pesquisas empíricas e analíticas no campo do sistema partidário. Onde, fez-se uma investigação exaustiva sobre o tema, desenvolvendo-se assim na base da revisão bibliográfica do material já existente, tais como, livros, artigos científicos, teses e fontes em revistas (acessados nos sites),

Esta pesquisa é Quali e Quantitativa de um fenômeno social e político do Estado moçambicano, no período entre 1994 a 2014. E é um estudo empírico, pois vai trabalhar com dados agregados e empíricos sobre o sistema partidário parlamentar e eleitoral de Moçambique.

O método de abordagem teórica pelo qual usamos para desenvolver este estudo foi o neo-institucionalismo histórico. Esta abordagem olha as instituições como regras formais e informais que geram algum tipo de resultados políticos, e defende que as instituições emergem como procedimentos, protocolos, regras, normas de natureza oficial e formal.

Esta abordagem permitiu também, de acordo com os seus pressupostos explicar de um lado a variação da configuração do formato e de outro, a evolução do sistema partidário em Moçambique tomando em consideração como variáveis dependentes o número de partidos efetivos, tamanho dos partidos e volatilidade parlamentar e variável independente as regras que organizam a competição política.

A pesquisa trabalhou com uma base de dados secundária. Assim, os dados foram os arquivos e pesquisas existentes em Moçambique, que debruçam sobre eleição, e a coleta de dados foi realizada a partir dos registros da Comissão Nacional de Eleições (CNE), do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE)⁴, e do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos de Moçambique (IESE).

Baseando-se estritamente na história e nos resultados eleitorais procurou-se desvendar a gênese, evolução e o formato do sistema partidário parlamentar moçambicano, a volatilidade eleitoral, olhando as diferenças e mudanças em uma dimensão temporal, que é o nosso período em análise. A partir da disponibilidade de dados, tentamos trazer uma explicação das variações no tempo do próprio formato do sistema partidário.

Os horizontes temporais escolhidos para a realização da pesquisa foram às eleições de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014. Os experimentos realizados ao longo do trabalho buscaram testar variáveis na perspectiva articular, organizar, mensurar, analisar e de explicar os fatores que determinam a gênese, evolução e o formato do sistema partidário parlamentar.

A variável pode ser considerada como uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito operacional, que contém ou apresenta valores; aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração, Marconi ; Lakatos (2009), assim para o caso em estudo, elaboramos três variáveis dependentes e destacar que variável dependente consiste naqueles valores (fenômenos, fatores) a serem explicados ou descobertos, em virtude de serem influenciados, determinados ou afetados pela variável independente que para este estudo são: número de partidos efetivos, tamanho de partidos e volatilidade parlamentar.

Para o caso da variável independente pode se dizer que é aquela que influencia, determina ou afeta outra variável; é fator determinante, condição ou causa para determinado resultado, efeito ou consequência; é o fator manipulado (geralmente) pelo investigador, na sua tentativa de assegurar a relação do fator com um fenômeno observado ou a ser descoberto, para ver que influência exerce sobre um possível resultado, Marconi ; Lakatos (2009), e para este estudo a nossa variável independente é regras que organizam a competição política.

⁴ Este é o órgão de gestão de todo o processo eleitoral em Moçambique, encarregue a conservar as informações relativas ao processo eleitoral.

Como outras formas de conhecimento, a hipótese é o reflexo do mundo material na consciência do homem, isto é, uma imagem subjetiva do mundo objetivo. Na pesquisa, a hipótese passa por dois processos importantes: a sua correta formulação e o seu teste. Com o intuito de encontrar soluções para o estudo em questão, as hipóteses poderão ser comprovadas ou refutadas. Contudo, mesmo refutada é uma fonte de conhecimentos sobre o problema estudado, assim a nossa verificação foi com base na literatura e nos dados empíricos analisados, e por isso destacamos que todas as hipóteses foram validadas.

Verificação da hipótese 1. A guerra civil moçambicana entre a FRELIMO e a RENAMO condicionou a dinâmica da disputa eleitoral no País. Esta hipótese foi mensurada a partir da revisão de estudos feitos no contexto Moçambicano, que dizem respeito à formação dos partidos políticos em Moçambique, nomeadamente o partido FRELIMO e RENAMO, o desencadeamento da guerra civil, o processo de democratização e conseqüentemente a realização das eleições gerais. Em seguida, verificou-se a relação que pode ser encontrada entre as origens dos partidos políticos, e o condicionamento dos partidos nas disputas eleitorais.

Para analisar a relação, fizemos a verificação com base na legislação eleitoral em vigor, onde constatou-se que o controle das instituições políticas em Moçambique pelos dois principais partidos, principalmente a instituição que regula, ordena e organiza as eleições é uma variável importante que influencia diretamente na dinâmica da disputa eleitoral.

Pois o fato do partido FRELIMO e RENAMO dominarem e estruturarem os órgãos de gestão eleitoral, permitindo-lhes determinar o funcionamento e seus desdobramentos é um fator decisivo para a manutenção do *status quo* dos resultados eleitorais e a dominância dos dois principais partidos em círculos eleitorais previamente delineados pela influência de cada partido em numa determinada região aliada a história política do país.

Hipótese 2: O sistema partidário parlamentar de Moçambique é multipartidário de baixa fragmentação. Tomando em conta a hipótese acima levantada, fizemos a verificação, com base no referencial teórico referente ao mapeamento bidimensional da classificação da tipologia do sistema partidário, no critério numérico feito por Sartori, (1982) e no número de partidos efetivos. O que permitiu compreender e analisar a maneira como está organizado e

caracterizado o sistema partidário parlamentar em Moçambique e perceber como o mesmo reflete no formato do sistema partidário parlamentar eleição após eleição.

Para testar-se esta hipótese com base na empiria, baseou-se na classificação dos sistemas partidários feito por Sartori (1982), onde ele aborda as características do sistema multipartidário. Daí tentar perceber se essas características se enquadram na realidade no sistema partidário parlamentar moçambicano. Tendo em conta que em Moçambique apesar de existir mais de vinte e cinco (25) partidos políticos em disputa, vê-se que só efetivamente dois (2) é que têm a capacidade de chegar ao poder e que 95% dos assentos no parlamento são compostos por dois partidos (FRELIMO e RENAMO), o que pressupõe que existe uma baixa fragmentação partidária parlamentar, essa explicação também está diretamente associada ao número de partidos efetivos. Assim, para sua verificação elaborou-se tabelas de número de partidos efetivos e gráficos das eleições legislativas (parlamentar) moçambicanas do período em análise.

Hipótese 3: O sistema eleitoral de Moçambique limita o surgimento e crescimento de novos partidos políticos parlamentares. Em relação à verificação desta hipótese, foi mensurada a partir da revisão de estudos feitos sobre o sistema eleitoral moçambicano e associamos a trajetória dependente. Onde se verificou a relação que pode ser encontrada entre o sistema eleitoral e o surgimento, crescimentos de novos partidos.

Assim, na verificação desta hipótese, pode-se constatar que a cláusula de barreira de 5% que existe na legislação eleitoral, como sendo o teto para que qualquer partido tenha uma representação política na assembleia da república de Moçambique, mesmo não impeditivo no surgimento de novos partidos, influencia em grande parte no crescimento desses novos partidos. Daí o porquê de até hoje, termos quase sempre dois partidos a representar a assembleia da república de Moçambique.

Este dado aparece no nosso estudo pelo fato de esta legislação não se modificar, profundamente, desde as primeiras eleições de 1994. Sempre tivemos reformas eleitorais, mais ou menos profundas, onde sempre se pautou por uma comissão de eleições partidária, com alguns intervalos em que foram incluídos alguns membros da Sociedade Civil, cujo, escolha sempre foi posta a prova.

Também verificou que esta limitação dos pequenos partidos esta em parte associado à trajetória path dependency, porque o partido que conduziu o País a independência, ocupou e controla os espaços administrativos, eleitorais e legislativos do Estado e a partir destes pressupostos controla a ampla clientela, as funções e cargos dos Estado.

Sobre a estrutura do trabalho, esta pesquisa esta dividida em quatro capítulos, dois quais: Capítulo I: engloba o quadro teórico, que foi percorrido sobre a temática, isto é, apresenta o debate sobre o sistema eleitoral, sistema partidário e a volatilidade parlamentar, em termos de literatura nacional e internacionalmente convencional.

O capítulo II: Faz uma descrição da história política de Moçambique, desde o seu passado colonial, isso, após a chegada dos portugueses através da penetração mercantil, até o surgimento de grupos que lutaram para a independência do território e levou a processo de democratização.

O capítulo III: trata da descrição e análise dos resultados da pesquisa, onde começamos por discutir os surgimentos dos principais partidos políticos em Moçambique no contexto da luta anti-colonial, a estrutura e composição da administração eleitoral moçambicana, o sistema eleitoral e partidário e as disputas nas eleições gerais de Moçambique.

No IV capítulo é desenvolvida a discussão sobre as disputas para Assembleia da República de Moçambique, pôr conseguinte a distribuição espacial da dominância dos partidos em Moçambique e pôr fim a volatilidade partidária parlamentar de Moçambique de 1994 a 2014.

1 CAPÍTULO I: ESTUDO PARTIDÁRIO E REFERÊNCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

O presente trabalho de pesquisa tem a África Austral e, especificamente, o país Moçambique como o seu espaço de delimitação e também como objeto de estudo, a descrição e análise da gênese, evolução e formato do sistema partidário parlamentar do país e as variáveis que determinaram o resultado das eleições gerais. Essas variáveis serão selecionadas à luz do problema proposto por esta dissertação.

A abordagem teórica que orienta a formulação do problema de pesquisa é o Neo-Institucionalismo histórico. North (1991), que, dentre suas aplicabilidades práticas, ajuda a descrever e explicar o impacto da estrutura institucional sobre o sistema partidário parlamentar.

A luz dessa perspectiva teórica, as instituições democráticas (sistema eleitoral, sistema de governo, estrutura de Estado) estabelecem o cenário para a atuação dos partidos políticos, consubstanciado com os resultados de disputas políticas com base em análises dinâmicas entre a ação do ator político, variáveis contextuais, socioeconômicas e orçamentárias, (SIQUEIRA, 1999).

De acordo com Maurice Duverger (1957); Sartori (1982), o formato do sistema partidário deixa de ser apenas um subproduto das variáveis socioeconômicas. Assim as variáveis provenientes do Estado, como as legislações partidária e eleitoral, passam a ter o mesmo status científico das variáveis sócio econômicas na determinação da evolução e formato dos sistemas partidário parlamentar.

Do ponto de vista empírico para aqueles que acompanham os processos eleitorais é óbvio que o número de partidos representados no parlamento não é apenas determinado pelo voto do eleitor, mas também pelas regras que transformam votos em assentos parlamentares. De acordo com Giovanni Sartori os sistemas eleitorais caminham desde uma dimensão de máxima desproporção ou fortemente restritivo entre a conversão de votos em cadeira (sistema majoritários puros) até o sistema de proporção ideal ou completamente não restritivo representado por sistemas proporcionais puros (SARTORI, 1982, p. 45,46).

A relação entre regras eleitorais e sistemas partidários não é mecânica nem automática: um regime eleitoral não produz necessariamente um sistema partidário particular, ele apenas exerce pressão na direção deste sistema; ele é uma força que age entre várias outras forças, algumas das quais tendem para direção oposta, (DUVERGER, 1957).

Com efeito, é com Mauríce Duverger que vem à tona na ciência política os efeitos mecânicos e psicológicos do sistema eleitoral sobre partidos e eleitores, configuradas nas já clássicas leis de Duverger, onde o tipo de sistema eleitoral (Majoritário e Proporcional) seria determinante na configuração do sistema Partidário (Bipartidário ou Multipartidário), (SIQUEIRA, 1999).

Entretanto, é importante trazer aqui nessa discussão a crítica de Sartori (1982), que adverte para o fato de que não há, no conjunto da obra de Duverger, uma definição única e verificável, das duas variáveis dependentes fundamentais da teoria, o bipartidarismo e o pluripartidarismo, nem um critério único para contar o número de partidos que permite a verificação, a medida e a comparação em todas as situações, (TAVARES, 1994).

Sartori reconhece que o número de partidos é um critério importante na identificação e na comparação dos sistemas partidários, mas por este motivo deve ser operacionalizado com rigor e precisão, segundo uma medida única, unívoca e universalmente aplicável. E com o objetivo de chegar a essa medida comum, capaz de distinguir, na contagem de partidos desiguais do ponto de vista não só da envergadura organizacional, mas igualmente da expressão eleitoral e parlamentar, partidos relevantes e partidos irrelevantes, Sartori propõe um critério de relevância sistêmica que é determinada não quantitativa, mas qualitativamente pela função que o partido desempenha no sistema representativo, no sistema de governo e no sistema político. (TAVARES, 1994, p, 241)

Assim, com o critério adicional, qualitativo, devem ser contabilizados, entretanto, apenas os partidos que possuam potencial de constituição do governo, o que no pluripartidarismo envolve a medida de sua indispensabilidade ou dispensabilidade na formação de coalizões que viabilizam o governo ou possuam potencial de intimidação, de competição ou de cooperação entre os partidos orientados para conquista do governo, (SARTORI, 1996).

Os sistemas de partidos podem ser compreendidos como padrões de competição e de cooperação entre os diferentes partidos dentro de um sistema. E o seu estudo é, sobretudo orientado para responder à questão sobre o que determina o número de partidos que competem e como são eleitos numa determinada sociedade. (WARE, 1996, p, 7).

Os sistemas de partidos não podem ser vistos apenas em seus aspectos formais, mas devem estar presentes os dados reais sobre os quais assentam as estruturas partidárias, para com isso servir de instrumento de captação de todos os interesses e divisões que surgem no processo político, (BARACHO, 1979; PINA, 1970).

Porém, o estudo dos sistemas de partidos está associado ao processo de democratização no mundo ocidental. O mesmo sistema de partidos também reflete aspectos fundamentais do processo democrático, ligado à autonomia das instituições e ao modo como elas possibilitam a solução dos antagonismos políticos, (DUVERGER, 1957).

Daí que os sistemas partidários são resultados de fatores numerosos e complexos, uns próprios de cada país e outros gerais. Entre os primeiros, podemos citar a tradição e a história, a estrutura econômica e social, as crenças religiosas, a composição étnica, as rivalidades nacionais, (TAVARES, 1994).

Em qualquer sistema partidário, as preferências publicam dos eleitores distribuem-se ao longo de um *continuum* ideológico entre os extremos convencionais direitas e esquerdas, votando cada eleitor no partido cujas políticas mais se aproxima de sua posição pessoal nesse espectro, (TAVARES, 1994, p. 277).

Para o caso de estudo do formato do sistema partidário, será feito um debate sobre as diversas tipologias dos sistemas partidários e que explicam a existência de determinado número de partidos nas democracias: a ideológica, a sociológica e institucionalista, (OLIVEIRA; DUALIBE, 2010).

Na versão ideológica, a principal função dos partidos é expressar diversas opiniões da sociedade, de modo que o número de partidos decorre da diversidade de opiniões relevantes da sociedade. Segundo a interpretação sociológica, os partidos são canalizadores de interesses de determinados segmentos ou classes sociais. Nessa perspectiva, uma sociedade com estrutura socioeconômica complexa, provavelmente, terá mais partidos do que aquelas com menores divisões sociais, (NICOLAU, 1995; OLIVEIRA; DUALIBE, 2010).

Por último, deve destacar que, a abordagem institucionalista enfatiza o impacto da estrutura institucional sobre o sistema partidário. Assim, as instituições democráticas (sistema eleitoral, sistema de governo, estrutura de Estado) estabelecem o cenário para a atuação dos partidos políticos.

Portanto este estudo vai enfatizar a abordagem institucionalista, porque com base nas regras institucionais podemos compreender a gênese, organização e funcionamento das democracias contemporâneas, e, por conseguinte assumimos que elas podem esquematizar os ganhadores e vencedores do jogo baseado em regras institucionais, (Idem).

A discussão a respeito das regras institucionais como o sistema partidário e eleitoral, por exemplo, passa necessariamente na discussão sobre a influência que as instituições têm num processo político, (MARCH; OLSEN, 1984; HALL; TAYLOR, 1996; SOUZA, 1983).

As primeiras tipologias referentes aos sistemas partidários nos países democráticos basearam-se na distinção entre bipartidarismo e multipartidarismo. Essa distinção encontra-se, na obra clássica de Maurice Duverger sobre os partidos políticos, segundo este autor, as opções políticas apresentam-se sob a forma dualista, de forma que o movimento natural das sociedades orienta-se para o bipartidarismo.

Porém, uma reação à abordagem que conta os partidos é simplesmente deixar de lado a base numérica, precisamente na suposição de que a distinção tradicional entre os padrões bipartidários e multipartidários não levou a descobertas suficientes significativas. Assim LaPalombara e Weiner propõem para sistemas partidários competitivos a seguinte tipologia em quatro itens: i) ideológico-hegemônico, ii) pragmático-heterogêneo, iii) do rodizio ideológico, iv) de rodizio pragmático. Outra reação é a de deixar que os dados em especial os resultados eleitorais determinem as classes, isto é, os diferentes grupos de sistemas partidários, é a sugestão, por exemplo, de Blondel. Uma terceira reação é indagar se precisamos realmente de classes, isto é, se há qualquer utilidade em classificar os sistemas partidários, (SARTORI, 1982, p, 143).

Giovanni Sartori (1982), propôs uma tipologia e classificação dos sistemas partidários democráticos segundo dois eixos principais: o número de partidos e o grau de polarização ideológica. Para SARTORI (1982), uma classificação é uma ordenação baseada em classes mutuamente exclusivas que são estabelecidas pelo princípio, ou critério, escolhido para essa classificação. Já uma tipologia é uma questão mais complexa: é um ordenamento de compostos atribuídos, isto é, um ordenamento resultante de mais de um critério.

De acordo com essa distinção, Sartori (1982), examinou uma classificação e não uma tipologia, isto é, identificou classes, e não tipo de sistemas partidários. E o critério numérico pode proporcionar ao que parece, sete classes, indicadas a seguir:

➤ Partido Único

- Partido Hegemônico

- Partido Predominante

- Dois Partidos

- Pluralismo Limitado

- Pluralismo Extremado

- Atomizado

Em relação à tradicional classificação tríplice, duas inovações são imediatamente evidentes. Primeiro, decompõe-se em três categorias o tradicional, “grupo unipartidário”, que reúne a mais incongruente variedade de fenômenos heterogêneos, permitindo com isso a reclassificação de várias formações políticas erroneamente definidas como unipartidárias, na classe de partido hegemônico ou na classe do partido predominante. Segundo, decompõe-se o tradicional “grupo multipartidário” na suposição de que o tratamento conjunto dos sistemas de mais de dois partidos só demonstra a pobreza das regras de contagem, (SARTORI, 1982).

Quanto à última categoria, o padrão “otimizado” não exige maiores explicações: entra na classificação como uma classe residual para indicar o ponto em que já não precisamos de uma contagem precisa, isto é, um limite além do qual o número de partidos seja 10, 20 ou mais não faz muita diferença. Os sistemas de partidos otimizados podem ser definidos da mesma maneira que a competição otimista em economia, isto é, como, “a situação na qual uma firma não tem nenhuma influência perceptível em nenhuma outra firma”. (Idem).

Portanto, para o caso das tipologias, Sartori (1982), sustenta que para o unipartidarismo é claro: o poder político é monopolizado por um partido apenas, no sentido preciso de que nenhum outro pode existir. Em seguida, o caso em que um partido “conta mais” do que todos os outros, mas de duas maneiras bem diferentes. De um lado temos o partido hegemônico que só permite a existência de outros partidos como “satélites” ou, de qualquer modo, como partidos subordinados, ou seja, a hegemonia do partido governa sozinho, sem estar sujeito à alteração no poder enquanto continua a conquistar eleitoralmente, uma maioria absoluta.

Os sistemas bipartidários não oferecem problemas, já que sua configuração de poder é simples: dois partidos competem por uma maioria absoluta que está ao alcance de ambos. Isso nos deixa com a configuração do multipartidarismo em geral, que pode ser decomposta da seguinte maneira: i) nenhum partido tem probabilidade de alcançar o, ou pelo menos de manter uma maioria absoluta, e ii) a força ou debilidade relativa dos partidos pode ser classificada de acordo sua respetiva indispensabilidade ou dispensabilidade para uma coalizão e, iii) de acordo com o seu potencial final de intimidação (chantagem), (SARTORI, 1982).

Contudo, para SOUZA (1983), a partir dos diversos autores que têm procurado elaborar tipologias de sistemas partidários, existem, alguns aspectos ou dimensões facilmente observáveis. Entre essas dimensões contam-se:

- O número de partidos;
- Sua força relativa, como indicador da maior ou menor competitividade dos sistemas partidários;
- Grau em que as bases partidárias se superpõem ou, ao contrário, se diferenciam nitidamente, indicando o carácter mais ou menos polarizado dos sistemas partidários;

A proporção da população filiada a um outro partido, em distintos graus de militância, indicando o grau em que a sociedade em seu conjunto é penetrada e mobilizada pelo sistema partidário.

Entretanto, de com acordo com o que foi apresentado, sobre algumas discussões do autores, para este estudo, teceremos considerações sobre a classificação adotada por Giovanni Sartori. Porque a mesma além de possuir grande valor para o desenvolvimento da análise interna do sistema partidário, inclui um esquema classificatório de sistema partidário que articula um conjunto de hipóteses facilmente verificáveis empiricamente, (LIMA Jr, 1983).

As características de um modelo político partidário constituem o lineamento sobre o qual se sustenta a democracia de qualquer nação, eis que a essência do citado regime reside em dois postulados fundamentais: o voto e os partidos políticos. Daí que, quando nascem a

liberdade e a democracia, aparecem os partidos políticos, símbolos da participação do povo na soberania do Estado, (OLIVEIRA; DUALIBE, 2010).

Os partidos servem para exprimir e para formar a opinião pública. Constituem foco permanente de difusão do pensamento político, além de estimular os indivíduos a manter, exprimir e defender suas opiniões, (OLIVEIRA; DUALIBE, 2010). Enquanto para SOUZA (1983), o partido é o inimigo nato da harmonia social, porque o partido é um conjunto de indivíduos de interesses semelhantes que disputam a posse do Estado para dirigi-lo, segundo as suas exclusivas conveniências, sem atender aos interesses de mais ninguém.

Portanto, o sistema partidário, como enfatiza TAVARES (1994), é uma dimensão envolvente e complexa do sistema político e o seu perfil resulta da associação única para cada caso contextual de quatro conjuntos forte de fenômenos, a saber:

- A organização interna dos partidos, incluindo as relações entre elites dirigentes, quadros, membros aderentes, eleitores e massas;
- As relações entre as diferentes forças e tendências ou projetos, bem como entre clivagens sócio - políticas relevantes, em que se divide a sociedade, e os partidos;
- A natureza da competição eleitoral e parlamentar entre os partidos; e,
- As relações entre os partidos quanto à sua participação relativa de cada um no mercado eleitoral e no exercício da representação política e do governo.

Entretanto os três últimos fenômenos, são com maior ou menor grau, afetados pela diferenciação da sociedade, por um lado, e pela cultura política por outro, que inclui percepções, valores, e atitudes, que se situam no pragmatismo e na política ideologicamente polarizada, pelo número de partidos e pelo sistema eleitoral.

O sistema partidário está ancorado no formato e na evolução, pelas suas categorias e os seus efeitos do sistema partidário. Isso porque, na nossa percepção acerca da temática, seria impossível uma separação total do debate do sistema partidário com a do sistema eleitoral.

Assim, o sistema eleitoral e sistema partidário devem ser vistos a partir de dois níveis: primeiro, ao nível dos partidos, de alguma forma facilitando ou não o surgimento de novos partidos e até consolidando o *status quo* da existência e funcionalidade dos sistemas partidários. E segundo, é ao nível do eleitor, que Sartori chama de efeitos restritivos onde a preocupação é com os partidos políticos, pelo fato do seu número ser reduzido ou o sistema eleitoral tornar-se ineficaz.

Partindo das explicações acerca da classificação de Sartori (1982), o que caracteriza o bipartidarismo, é o duopólio partidário, com uma efetiva alternância no governo, o equilíbrio e harmonia quanto à força eleitoral entre os dois maiores partidos, bem como o consenso básico, sólido acerca dos valores e de regras políticas e a competição orientada para o centro ideológico do sistema.

Tavares (1994), sustenta que no Bipartidarismo, os partidos tendem ao mesmo tempo a superpor suas políticas ao redor do centro e a dispersá-las ao longo do *continuum*, de modo que, quanto maior o campo da escala que cada partido disputa, maior a dispersão de suas políticas e menor a integração ideológico-política do partido.

As explicações quantitativas do conceito de bipartidarismo, são aquelas cujo primeiro partido consegue obter igual ou acima de 70% das cadeiras legislativas e os dois primeiros partidos detêm pelo menos 90% das cadeiras, (SARTORI, 1982).

Contudo, é importante também a análise sobre o voto, para sustentar as colocações e os desdobramentos do sistema eleitoral e o sistema partidário dentro de um contexto de democracia eleitoral, Figueiredo (2008), ostentado por regras, normas e princípios institucionais.

1.1 NEO – INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO

Os pontos definidores do institucionalismo histórico referem-se, primeiro, à eleição de um projeto científico que se preocupa em elucidar a construção, manutenção e adaptação das instituições. Em segundo lugar, a aproximação a tais temas se dá pela percepção de que os atores políticos detêm metas e objetivos, o que se mostra como uma finalidade da ação social mais ampla do que sujeitá-la exclusivamente a fins racionalmente definidos e associados à

otimização de escolhas entre diferentes opções de políticas públicas, (SANDERS, 2008; RIBEIRO, 2012).

Em terceiro lugar, o institucionalismo histórico elege como objeto de estudo, portanto, não apenas o indivíduo, mas o coletivo de agentes em interação contínua, seja no âmbito de instituições, seja com os atores que pressionam por mudanças institucionais.

Nesse sentido, os resultados das escolhas sociais são mais fluídos e imprevisíveis, uma vez que as interações se dão entre agentes cujas ações detêm finalidades mais amplas e entre agentes dentro e fora das instituições. Ademais, busca-se uma compreensão da dinâmica de prazos mais dilatados, (SANDERS, 2008; RIBEIRO, 2012).

O Institucionalismo Histórico já foi objeto, por parte de alguns de seus expoentes mais destacados, e diversos capítulos e artigos (THELEN, 1999). Por isso, o estudo das instituições tem ganhado centralidade no debate contemporâneo da Ciência Política desde o final da década dos anos 1970, (CESARIS, 2009)⁵

Em certo sentido, o Institucionalismo Histórico pareceria ser, antes de mais nada, uma continuação da mencionada tentativa neo-estatista, desenvolvida durante o final dos anos 1970 e a década de 1980, de selecionar e recombinar certos elementos do funcionalismo, do pluralismo e do neomarxismo sob uma agenda de pesquisa histórica neo-weberiana e neo-toqueviliana, (CESARIS, 2009).

Para abordagem histórica, as instituições emergem como procedimentos, protocolos, regras, normas de natureza oficial e formal ou não, que se mostram como “inerentes à estrutura organizacional. As relações indivíduos-instituições são apreendidas na abordagem histórica a partir de uma perspectiva cultural.

As instituições ganham uma dimensão moral e cognitiva na medida em que se constituem como símbolos que orientam a interpretação e a escolha da ação a qual não será

⁵ Porém, o Institucionalismo Histórico, como modo de auto-identificação para um grupo de estudiosos da política, nasceu em Janeiro de 1990, em Boulder, Colorado, durante a conferência “*The New Institutionalism: State, Society and economy in advanced industrial societies*”. Criado por Theda Skocpol.

unicamente relacionada a fins como também à identidade e às preferências: “não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam as ações” (HALL; TAYLOR, 1999).

Ao longo do tempo as instituições permanecem, simplesmente, por serem componentes elementares a orientarem as ações individuais e coletivas. Ou seja, precedem os indivíduos e mudanças nos protocolos e convenções sequer surgem como objetivos das ações individuais. São, antes, traços estruturantes das identidades, das preferências, dos modelos interpretativos e do leque de possíveis ações a serem adotadas. Não há, portanto, resultados equilibradores e estabilizadores das dinâmicas políticas, (RIBEIRO, 2012).

O institucionalismo histórico, basicamente define instituições como sendo os protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes a estrutura organizacional da comunidade política. Para os teóricos desta vertente, a assimetria do poder, que gera os conflitos (e conseqüentemente as mudanças) é associada ao desenvolvimento e funcionamento das instituições.

O desenvolvimento institucional privilegiaria as trajetórias (Path Dependency), vinculando-se sempre a uma concepção particular do desenvolvimento histórico, acontecimentos em um determinado contexto histórico gerariam e determinariam resultados e acontecimentos sociais e políticos futuros, tanto nos países como nas instituições, mudanças de trajeto são decorrentes de mudanças institucionais.

É uma concepção ampla, que mescla elementos culturalistas e calculadores, na forma de observar os fenômenos. Um exemplo são as constantes buscas de indícios e razões, por parte dos pesquisadores desta vertente, em arquivos históricos, trabalhando dados conceituais através da indução.

Neste caso, o institucionalismo histórico privilegia justamente a história como elemento moldado pelas instituições, estas que, por sua vez, redefinem este contexto deliberando a posições dos atores sociais. A história importa. Especialmente quando conhecemos o papel das instituições delimitando trajetórias de ação e contextos político-históricos específicos.

1.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Este subcapítulo busca apresentar reflexões que discutem aspectos inerentes à institucionalização partidária, abarcando os itens tais como: desenvolvimentos e crescimentos dos partidos políticos, polarização partidária. Onde se fez uma abordagem sobre o assunto, resumidamente, o processo de sua evolução histórica, destacando os elementos conjunturais que determinam a configuração da institucionalização partidária, desde o seu surgimento até, ao novo cenário.

Há na literatura internacional um debate importante que envolve questões sobre o grau de estabilidade (ou “consolidação”) dos sistemas partidários ou dos partidos, (SARTORI, 1982; ROSE ; MACKIE, 1988; BARTOLINI ; MAIR, 1990; MAINWARING ; SCULLY, 1995; MAIR, 1997; MAINWARING, 2001; MAINWARING ; TORCAL, 2005, entre outros).

Parte dessa literatura envolve a noção de institucionalização dos partidos políticos e do sistema partidário. A noção de institucionalização proposta por Mainwaring e colaboradores Mainwaring ; Scully, (1995) e que parte de uma crítica à tipologia de sistemas partidários elaborados por Sartori (1982) é provavelmente a que exerceu maior influência no debate mundial, até recentemente, para caracterizar o grau de institucionalização de um sistema partidário⁶.

Na década de 1980, a literatura teórica sobre partidos e sistemas partidários ou concentrava-se em sistemas bem institucionalizados ou os pressuponha implicitamente. (MAINWARING ; TORCAL, 2005).

Neste contexto, havia poucas democracias ou semidemocracias com sistemas partidários pouco institucionalizados. Porém, desde o início da terceira onda de democratização Huntington (1991), esses sistemas se tornaram lugar comum nos regimes políticos competitivos.

⁶ Essa noção envolve os seguintes aspectos: a) o grau de estabilidade dos padrões de competição eleitoral; b) o grau de enraizamento dos partidos na sociedade; c) o grau de legitimidade dos partidos junto a diferentes atores políticos; d) o grau de independência das organizações partidárias frente aos seus líderes.

Eles têm características e dinâmicas diferentes dos sistemas bem institucionalizados. Os critérios sócios precisam modificar a literatura teórica dominante para compreender esses sistemas partidários menos institucionalizados, (Idem).

Até meados dos anos 1990, a maior parte dos trabalhos que falavam de partidos e sistemas partidários negligenciaram a questão de institucionalização partidária, dado que tinha o alto nível de institucionalização como pressuposto. Não obstante, sem examinar a institucionalização, é impossível entender características importantes dos sistemas partidários da maioria das democracias e semidemocracias pós-1978. Os eleitores, partidos e sistemas partidários na maioria dos regimes competitivos desse período são qualitativamente diferentes daqueles das democracias industriais avançadas. (idem).

Porém, autores como Mainwaring e Scully (1995) e Mainwaring (1999) tentaram desenvolver as primeiras dimensões da institucionalização de um sistema partidário que são: a estabilidade da competição entre partidos e a profundidade das raízes partidárias na democracia, que mostram diferenças grandes e persistentes entre a maioria das democracias e semidemocracias pós-1978 e as democracias industriais avançadas.

Além da maior estabilidade na competição entre partidos, o enraizamento social partidário é muito mais forte na maioria das democracias industriais avançadas, comparado à maioria das democracias e semidemocracias pós-1978. Esse grau de enraizamento partidário social varia de forte a fraco e analisaram-se duas manifestações dessa força variável.

Primeiro, uma quantidade considerável da literatura teórica e comparativa pressupõe que os vínculos programáticos ou ideológicos estão na raiz dos vínculos estáveis entre eleitores e partidos. Nessas teorias, os eleitores escolhem um partido ou candidato com base em suas preferências ideológicas ou programáticas. Porém, na maioria das democracias e semidemocracias pós-1978, esses vínculos são fracos e constituem uma parte fundamental do frágil enraizamento partidário na sociedade, MAINWARING ; TORCAL, 2005).

Entretanto, a outra manifestação empírica desse frágil enraizamento é que os vínculos entre eleitores e candidatos são mais personalistas na maioria dos regimes competitivos pós-1978 do que nas democracias industriais avançadas. Fora destas, muitos eleitores

escolhem os candidatos com base em suas características pessoais, sem levar em conta partido, ideologia ou questões programáticas.

O alto grau de personalismo, reflete esse enraizamento e vai contra o que se espera, tomando como base a maior parte da literatura teórica sobre eleitores e sistemas. O personalismo introduz um critério importante para avaliar a institucionalização dos partidos: a despersonalização dos partidos e da competição partidária, (MÉNY, 1990)⁷.

Os trabalhos recentes introduzem no debate outras noções (menos exigentes) de institucionalização, com outros critérios de mensuração do grau de institucionalização dos partidos e dos sistemas partidários, incluindo críticas aos critérios propostos por Mainwaring, mas sem propor o abandono da noção de institucionalização do sistema partidário.

Alguns desses trabalhos, porém, questionando a utilidade ou mesmo a adequação teórica da noção de institucionalização, acabam por abandoná-la, utilizando especialmente a noção de “estrutura da competição” Mair (1997) para analisar a evolução de um sistema partidário, (CARREIRÃO, 2014).

O conceito de institucionalização desses autores é formado por três elementos. O primeiro se refere à existência de organização competitiva no nível das eleições nacionais. O segundo defende que partidos institucionalizados apresentam candidatos às disputas eleitorais nacionais e, por fim, o terceiro elemento diz respeito à permanência dos partidos na competição por sucessivas eleições. Nessa última dimensão, é preciso que um partido participe ao menos de três eleições para ser considerado institucionalizado (BRAGA, 2010, p, 49).

Entretanto alguns autores como Braga (2010) e Tarouco (2010) contrastam a noção de institucionalização do sistema partidário proposta por Mainwaring especialmente com a abordagem proposta por Mair (1997). Na perspectiva deste último, para avaliar a dinâmica do sistema partidário seria necessário avaliar se a estrutura de competição é fechada ou aberta à entrada de novos atores partidários e avaliar o relacionamento dessa estrutura com o processo de formação de governo, (CARREIRÃO, 2014).

Nesse sentido, a estrutura de competição poderá ser:

Relativamente fechada e, dessa forma, altamente previsível, com pouca ou nenhuma mudança na gama de alternativas de governo ou no padrão de alternância, e com probabilidade alta de os novos partidos não chegarem ao governo. De outro lado, a

⁷ MÉNY, Y. *Government and politics in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

estrutura de competição pode ser relativamente aberta, e dessa forma bastante imprevisível, com diferentes padrões de alternância, com frequentes mudanças na composição das alternativas de governo, e com grande probabilidade de os partidos terem acesso ao governo (BRAGA, 2010, p, 47).

Estruturas de competição partidárias fechadas (e previsíveis) ou abertas (imprevisíveis) estariam relacionadas a estratégias dos partidos, eventualmente mais do que as preferências dos eleitores:

Uma estrutura de competição fechada constrangeria as preferências eleitorais, ao limitar a escolha de opções para governar de modo que seria similar ao limite dado na escolha de partidos em sistemas não fragmentados. Em sendo assim, uma estrutura de competição fechada favoreceria a estabilidade do sistema partidário (BRAGA, 2010, p, 48).

Fechando o argumento: estratégias das elites partidárias (especialmente ao definir a oferta de candidaturas) podem influenciar no sentido do fechamento da estrutura de competição, o que por sua vez favoreceria a estabilidade dos alinhamentos eleitorais e do sistema partidário, (CARREIRÃO, 2014).

1.3 NÍVEL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO EM UM SISTEMA PARTIDÁRIO

Um sistema partidário é um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas. Essa definição implica três diferenças entre sistemas e não sistemas.

Primeiro como Sartori (1996) mostrou, um sistema deve ter pelo menos dois elementos constitutivos; portanto, precisa ter ao menos dois partidos. Segundo, a noção de interações padronizadas sugere que há algumas regularidades na distribuição do apoio eleitoral por partidos ao longo do tempo, mesmo que alguns deles ascendam e outros declinem. Terceiro, a ideia de um sistema implica alguma continuidade nos componentes que o formam. Portanto, “sistema partidário” implica alguma continuidade nos partidos, ou seja, a institucionalização das agremiações.

Os sistemas partidários variam em muitas dimensões, mas os cientistas sociais se empenham em identificar as mais importantes para facilitar a classificação e a comparação. Como, então, deveriam os cientistas sociais comparar e classificar os sistemas partidários?

Sartori (1976) identificou duas dimensões desses sistemas como sendo de particular importância: o número de partidos relevantes e o grau de polarização ideológica. Porém, conceituou inadequadamente uma propriedade igualmente importante dos sistemas partidários: o nível de institucionalização, (MAINWARING ; TORCAL, 2005).

Em sua discussão sobre a diferença entre sistemas partidários consolidados e não sistemas, Sartori (1976) foi pioneiro ao reconhecer a importância da institucionalização (que ele chamou de “consolidação”).

No entanto, Mainwaring ; Torcal (2005), discordam de três aspectos de sua conceituação de institucionalização: Primeiro, sobre a dicotomia entre sistemas consolidados e não sistemas, enquanto nós julgamos muito mais útil conceber a institucionalização como um *continuum*. Nada na definição de “sistema” justifica uma demarcação rígida dicotômica entre um sistema e um não sistema, desde que haja algum padrão na competição entre partidos e alguma continuidade nos principais partidos do sistema. Esses dois critérios são fáceis de cumprir minimamente.

As categorias dicotômicas de Sartori ignoram variações importantes dentro de cada uma dessas categorias. Além disso, uma dicotomia requer um ponto de corte preciso e inevitavelmente arbitrário: um caso precisa ser classificado ou como consolidado ou como não consolidado.

Em segundo lugar, Sartori estabelece um patamar excessivamente alto para o que constitui um sistema partidário. Por exemplo, ele sustentou que a Colômbia não tinha um sistema partidário na década de 1970, quando, na verdade, o país tinha um dos mais antigos do mundo. Liberais e conservadores eram os principais adversários eleitorais havia décadas, sempre quando as eleições eram relativamente livres e legítimas, e ambos os partidos tinham fortes raízes na sociedade, (MAINWARING ; TORCAL, 2005).

Em terceiro lugar, pelo fato de que considerava os não sistemas como exteriores à sua teorização principal e não examinava a variação na institucionalização entre sistemas partidários ou entre o que ele considerava não sistemas, Sartori relegou a institucionalização a um segundo plano. Por exemplo, as considerações sobre institucionalização estão totalmente ausentes de sua classificação dos sistemas partidários. Ao contrário, que a institucionalização

deve estar no centro do palco, pois algumas das diferenças mais importantes entre sistemas partidários giram em torno das diferenças em institucionalização, (Idem).

Uma classificação dos sistemas partidários baseada no número de partidos e no nível de polarização negligencia diferenças substanciais no grau de institucionalização e, portanto, como a competição entre partidos funciona em contextos menos institucionalizados.

Contudo, ao comparar e classificar os sistemas partidários para além das democracias industriais avançadas, os cientistas políticos (Mainwaring, 1999; Mainwaring ; Scully, 1995; Kuenzi ; Lambright, 2001; Mair, 1997; Rose ; Munro, 2003; Tavits, 2005, entre outros), reconheceram cada vez mais a necessidade de dar atenção ao nível de institucionalização, além das duas dimensões de Sartori. Sistemas partidários institucionalizados estruturam em alto grau o processo político. Em sistemas fluidos, os partidos são de alguma forma, atores importantes, mas não possuem o mesmo efeito estruturador, (Idem).

1.4 VOLATILIDADE ELEITORAL

De acordo com alguns autores, a volatilidade eleitoral é um dos indicadores da institucionalização de um sistema partidário sob um regime democrático. Graus baixos ou moderados de oscilação da preferência eleitoral indicam que os partidos políticos participantes das disputas eleitorais são exitosos na tarefa de efetivamente canalizar as preferências do eleitorado de um país. Níveis elevados de volatilidade eleitoral, por outro lado, são vistos como evidência do precário enraizamento dos partidos na sociedade, (PAIVA, 2009).

Os estudos que enfatizam a importância da análise da volatilidade eleitoral, no contexto das novas democracias, são norteados pela premissa de que os padrões estáveis de competição interpartidária portanto, de menor volatilidade eleitoral indicam que os partidos políticos são instrumentos importantes na formação da preferência do eleitor (PRZEWORSKI, 1975; MAINWARING, 1998; BOHER, PACEK & RADCLIFF, 2000; PERES, 2005; MAINWARING & ZOCO, 2006; BAKER, AMES & RENNO, 2006), (PAIVA, 2009, p. 188).

Na literatura, a volatilidade eleitoral é utilizada para mensurar os padrões de variação do apoio eleitoral às ofertas do sistema partidário, (PERZEWSKI, 1975; PEDERSON, 1980; BARTOLINI ; MAIR, 1990; MAINWARING ; TORCAL 2006). Seu índice mede a oscilação

das preferências eleitorais agregadas em dois pares de eleições consecutivas e permite perceber como o apoio ao sistema partidário mantém-se, ou não, estável ao longo do tempo⁸. De acordo com essa perspectiva, quanto menos oscilante e em patamares mais baixos a volatilidade eleitoral permanecer, mais institucionalizado será o sistema partidário⁹. (Idem)

Em termos cosmológicos, podemos dizer que toda essa literatura contém um viés sociológico desenvolvimentista bem demarcado. Isso pode ser percebido pela consideração do problema político que motivou a elaboração do índice, bem como sua própria operacionalização.

Ele foi concebido para auferir empiricamente a padronização dos comportamentos, a formação de identidades partidárias, a moldagem da mentalidade política dos indivíduos, dos grupos ou das classes, e também para apreender a extensão do enraizamento social dos partidos e da interiorização de normas e valores, (PERES, 2013).

Esse fundamento básico e conciliado com a premissa axiológica de que o máximo possível de estabilidade seria algo necessária e inegavelmente bom, logo, absolutamente desejável. A instabilidade, por oposição, seria algo incontestavelmente ruim e, como tal, deveria ser evitada, pois configuraria evidência da falha dos partidos no desempenho das suas indispensáveis funções de “encapsulamento” do conflito social e de formação de identidades políticas, (PERES, 2013, p, 26).

A estabilidade eleitoral indica não só que os partidos têm apoio e enraizamento na sociedade, mas também que são instrumentos de canalização de conflitos, interesses e demandas da sociedade, (PAIVA, 2009).

A volatilidade eleitoral foi concebida como um indicador de instabilidade do próprio sistema partidário, algo já em si problemático. Conforme argutamente observado por Mair, 1997 ; Tavits 2008, ao conceber a medida dessa maneira, a literatura acabou tratando erroneamente duas variáveis diferentes, supondo que uma seria apenas um indicador da outra. A instabilidade dos sistemas partidários deve ser entendida como oscilações na “demanda”,

⁸ Alguns fatores, como o aumento ou decréscimo do eleitorado, a criação de novos partidos, o desaparecimento ou a fusão de agremiações partidárias, também exercem impacto sobre os índices de volatilidade eleitoral. Sobre essa questão, ver Bartolini e Mair (1990) e Nicolau (1998).

⁹ A estabilidade do padrão de competição político-eleitoral representa um entre vários indicadores da institucionalização do sistema partidário. Os demais incluiriam o grau de legitimidade, a “indispensabilidade” e aceitação dos partidos políticos pelo eleitorado, a formação de identidades partidárias e o grau de organização das máquinas partidárias (MAINWARING; SCULLY: 1995).

com frequentes “entradas” e “saídas” de partidos do “mercado eleitoral”, de modo que seria possível pensar na hipótese de que a volatilidade eleitoral oscilações dos votos entre os partidos disponíveis possa ser decorrente da instabilidade do sistema partidário, (PIRES, 2013).

Quando a literatura sugere que a volatilidade eleitoral indica o grau de instabilidade do sistema partidário, acaba supondo, inadvertidamente, que a volubilidade do eleitor geraria incerteza nos políticos e partidos, de modo a provocar a instabilidade do sistema partidário. Portanto, a volatilidade eleitoral explicaria a instabilidade dos sistemas partidários, nunca o contrário. Contudo, há fortes evidências de que a volatilidade dos votos muitas vezes ocorre em resposta as estratégias das lideranças políticas, que promovem constantes alterações na “oferta partidária”, ou seja, ocorrem em função da instabilidade dos sistemas partidários (MAIR, 1997; TAVITS, 2008b; PERES, RICCI e RENNO, 2011; BISCHOFF, 2012), (PERES, 2013,p, 26).

Outros fatores adicionais, que reforçam esse argumento, é que padrões mais estáveis conferem maior previsibilidade à disputa eleitoral, (MAINWARING ; SCULLY, 1995; KINZO, 2003; MAINWARING ; ZOCO, 2006) e dificultam a ascensão de *outsiders* e de lideranças personalistas, sem vínculos sólidos e duradouros com as organizações partidárias (MOZAFFAR ; SCARRIT, 2005). E, por último, pressupõe que questões programáticas oriundas da oferta partidária sejam os elementos determinantes na conformação da escolha eleitoral, (PAIVA, 2009).

Ao analisarem a volatilidade eleitoral em 47 democracias e semidemocracias, Mainwaring e Zoco (2006) constataram que ela tende a ser mais alta nos países que integram a chamada “terceira onda de democratização”, de acordo com a expressão cunhada por HUNTINGTON, 1991.

Esses dados podem ser explicados pelos seguintes fatores: (1) em democracias recentes, como os partidos e o sistema partidário são novos, é necessária uma fase de adaptação e informação, para que se formem as preferências eleitorais; (2) durante o processo de formação e consolidação do sistema partidário podem ocorrer cisões, fusões, extinção e criação de partidos, alterando, sobremaneira, o cenário da competição eleitoral e da oferta político-partidária, (Idem).

Essas evidências podem ser explicadas, em parte, pelo processo de acomodação das elites políticas à nova realidade. De acordo com alguns estudos, o segundo fator pode ser uma

das variáveis explicativas para aumento das taxas de volatilidade (BUDGE, 1982; BARTOLINI ; MAIR, 1990 ; NICOLAU, 1995).

1.5 PARTIDOS POLÍTICOS

1.5.1 Conceito

O que são os partidos políticos? Esta é uma pergunta difícil de responder. A dificuldade surge, em primeiro lugar, da diversidade de partidos políticos que carregam inúmeras diferenças entre si. Em segundo lugar, a relação e semelhança entre partido político e outras instituições que exercem funções políticas podem ofuscar a compreensão da especificidade desta forma de organização política.

Daí que para VIANA (2003), Os partidos políticos são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classes existentes. Enquanto para SILVA (2006), partido político é uma forma de agremiação de um grupo social que se propõe a organizar, coordenar e instrumentar a vontade popular com o fim de assumir o poder para realizar seu programa de governo. E para DOWNS (1999), o partido é como um conjunto de indivíduos que procuram controlar o aparato de governo por intermédio da conquista de cargos eleitorais.

Para este o nosso estudo vai trabalhar com a definição de Downs, pois esta definição procura fugir das definições amplas de partido político, que construída a partir da realidade política Europeia, estabelece uma série de pré-condições para admitir a existência de um partido político como: organização, territorialidade, ideologia, máquina burocrática Cerroni (1982), esta definição tem servido de referencial teórico para a literatura lamuriosa, que acaba por não “enxergar” partidos políticos.

É bom ressaltar que a definição ampla de partidos políticos se propõe a estudar todos os fenômenos partidários, inclusive em regimes uni partidários NICOLAU (1996, p,10), ao passo que a definição restrita se propõe a estudar os partidos apenas em regimes competitivos. (SIQUEIRA, 1999).

2 CAPÍTULO II. LUTA PELA INDEPENDÊNCIA, GUERRA CIVIL E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Este capítulo tem como objetivo fundamental descrever a história de Moçambique, desde o seu passado colonial, isso, após a chegada dos portugueses através da penetração mercantil, até o surgimento de grupos que lutaram para a independência do território, seguido da proclamação da independência da república, culminando com o processo de democratização, isso após o fim da guerra civil, e conseqüente, introdução do sistema multipartidário e aprovação da nova constituição de 1990.

A história de Moçambique apresenta quatro fases distintas: A primeira fase, de 1800 até 1975, é o período da colonização Portuguesa; a segunda fase, de 1975 até o início da década de 1980 é a época pós-independência quando é instituído um regime socialista. A terceira fase, de 1980 até 1990, se inicia a transição do regime socialista para o capitalista e, por fim o período pós 1994 até os dias atuais, caracterizado pela introdução de um regime político multipartidário e de economia neoliberal. (PITCHER, 2002).

Cada um desses períodos teve momentos conturbados e desafiadores, assim como em outros países africanos. Contudo, a história de Moçambique é marcada por peculiaridades que a diferencia de outros países da África Subsaariana. Uma das diferenças apontadas por Pitcher (2002) é a transição do período pós-independência que se movimenta de um regime colonial, capitalista e autoritário para um sistema socialista independente e altamente centralizador.

Outro elemento particular das transições políticas e econômicas da história de Moçambique é que em nenhuma dessas fases ocorreu um verdadeiro colapso do regime anterior. Na verdade, as ideologia e instituições da fase precedente costumam influenciar os períodos posteriores. Como exemplo, Pitcher (2002) aponta que elementos dos regimes coloniais e socialistas continuam presentes na interação do estado com os atores sociais em Moçambique, (Path Dependency).

Essa perpetuação das práticas e ideologias é o que assegura o controle do estado, a subordinação e o impedimento da resistência dos trabalhadores. Para Pitcher (2002) está falta de ruptura impossibilita qualquer iniciativa de mudança ou renovação das velhas instituições e de nascimento de uma sociedade civil atuante.

2.1 DA COLONIZAÇÃO A CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

O período que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial presenciou um dos fenômenos político-sociais mais importantes da História Contemporânea: a liquidação dos impérios colônias constituídos ao longo do século XIX. Emergiram, assim, após uma fase mais ou menos prolongada da dominação europeia, os novos países da Ásia e da África, que passaram a integrar a comunidade internacional das nações independentes. (CAU, 2011).

A liquidação dos impérios colônias, de um lado, e, do outro, o surgimento ou o renascimento de povos que se constituem em nações e Estados são na realidade duas faces do mesmo processo histórico. Diferente do continente asiático, cuja ascensão à independência inicia ainda na década de quarenta, no continente africano, o processo tem início na segunda metade da década de cinquenta, depois de um intenso processo político-diplomático como corolário de uma série de manifestações a favor da independência.

Figura 1: Localização Geográfica de Moçambique



F

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE (2017)

Moçambique é um dos Estados mais novos do mundo, já que adquiriu a sua independência de Portugal apenas em 1975. O país é parte de um dos pontos mais importantes da história contemporânea, o de libertação das últimas possessões europeias no globo.

Com um território estratégico, fronteiriço com mais 6 países (a norte com a República da Tanzânia, ao nordeste com Malawi e a Zâmbia, a oeste com o Zimbábue e a República da África do Sul, e a sul com a Suazilândia) e rico em recursos naturais como gás natural, carvão, minerais (titânio, grafite), madeiras e produtos piscatórios, o país possui mais de 24 milhões de habitantes e 799.380km² de área na costa Sudeste da África¹⁰.

Na sua periodização histórica, o território que hoje se chama República de Moçambique teve o seu primeiro contato com pessoas não africanas pertencentes a outros continentes a partir do século XI com a intensa penetração árabe a norte do país. Os árabes vinham negociar com Moçambique desde a península arábica e tinham entrepostos comerciais ao longo da Costa Oriental africana em Mombaça, Melinde, Quiloa, Ilha de Moçambique, Quelimane e Sofala. Negociavam não só minérios, mas também marfim e madeiras raras comercializavam também escravos, que tanto eram levados para a península arábica, como para a Índia.

A chegada dos portugueses na região em 1498 destruiu o comércio que os africanos tinham com os árabes e, a partir do século XVII, Moçambique tornou-se fornecedor de escravos para as colônias europeias na América e, principalmente, para o Brasil. Embora a chegada dos portugueses tenha-se verificado com a passagem de Vasco da Gama na busca do caminho para as Índias, só no final do século XIX, quando as grandes potências partilharam o continente africano foi que Portugal reteve para si o domínio do território, (CAU, 2011).

Dada a sua fragilidade econômica e capacidade administrativa, Portugal teve de enfrentar resistência por parte da população africana, resistência essa que só conseguiu dominar mediante permanentes “campanhas militares de pacificação”. É assim que até o final do século XIX, do ponto de vista político, a presença portuguesa em Moçambique se resume a uma presença fragmentada e fraca, caracterizada por uma baixa ocupação do território e tendo como fator econômico basilar o sistema de prazos, o tráfico de escravos e o trabalho missionário.

¹⁰ Moçambique. Informação geral sobre Moçambique. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique>. Acesso em 27 de abril. 2017.

Os prazos que muitos historiadores pretendem estabelecer como a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique e, particularmente, no vale do Zambeze, a norte do país, foram essencialmente bolsas de escoamento de mercadorias (ouro, marfim, numa primeira fase e escravos, numa segunda), que aproveitaram o rio Zambeze como via natural, (CAU, 2011).

Os prazeiros, nas suas terras, eram senhores absolutos à semelhança dos senhores feudais europeus. Recebiam dos seus súditos em produtos como marfim, produtos agrícolas e escravos. Nas suas terras, a sua vontade e capricho eram a lei. Contavam com exércitos formados por escravos, o que lhes valeu a oportunidade de alargar consideravelmente os limites das terras que originalmente lhes tinham sido concedidas pelos chefes africanos, (BATISTA, 2014).

Ao longo da segunda Guerra Mundial, não encontramos intenção declarada das potencias europeias estabilizadas, possuidoras de colônias, de prescindirem das suas fronteiras. Após o desfecho formal da guerra, foi o Reino Unido a primeira potência a perceber-se do evoluir da nova situação e que, após a repressão inicial, procurou uma resposta que se pode considerar flexível, efetuando gradualmente sua retirada colonial.

Em seguida, foi a vez da França. Este país, mais renitente, respondeu com a repressão na Argélia, Madagascar, Costa do Marfim, Tunísia, Marrocos e Indochina. Já a Itália nada conseguiu fazer para evitar a independência da Líbia e da Somália, enquanto a Bélgica cedeu perante o Congo, que mergulhou num conflito violento, (BATISTA, 2014).

Na Organização das Nações Unidas, a ideia de uma transição à independência de forma compassada e controlada foi ultrapassada pelos fatos que favoreceram a retirada quase simultânea das soberanias colônias, acabando-se por declarar o ano de 1960 como o ano da África, (CAU, 2011).

Dado o fato de Portugal não ter participado ativamente na Segunda Guerra mundial, o país esteve alheio ao processo colonial das potencias europeias que combateram a Alemanha, ficando longe de um desafio revisor e formador, (BATISTA, 2014).

Sendo assim, a situação interna portuguesa parecia estável no período pós-guerra, não tendo ocorrido manifestações repentinas nas suas colônias. Igualmente, até o início da década de 1960, suas colônias eram rodeadas por países aliados, como a África do sul, ou por países cooperantes (neste caso colônias inglesas, francesas ou belgas).

Ora, com o início da descolonização na África, Portugal tomou a decisão de manter as suas colônias sob o pretexto de oferecer à população uma vida idêntica á dos europeus.

Assim, segundo Caetano, se os valores históricos da nação portuguesa tinham como conceito estratégico a missão colonizadora e evangelizadora, pois os portugueses no século XV e XVI consideravam-se “mandatários da cristandade” para levar a cabo o evangelho aos povos mergulhos nas trevas do paganismo, preocupando-se com a conversão dos naturais ao catolicismo, apesar de ultrapassar o fervor missionário, ficou sempre aos métodos colônias portuguesas o interesse pelas almas, o desejo de conquista-las a ânsia de tornar os colonizados semelhantes aos colonizadores, (CAETANO. 1969, p. 33).

Mesmo, assim, Portugal não conseguiu implementar nas colônias uma elite que fosse capaz de iniciar o processo de desenvolvimento, mesmo porque, já em meados do século XX, o país já não era mais considerado uma potência, pelo menos em relação aos países mais desenvolvidos da Europa, (Idem).

Mesmo estando presente em território moçambicano desde o século XVI, somente nas décadas iniciais do século XX é que Portugal se ocupou da administração de Moçambique. Na década de 1920, Portugal, através do Estatuto do Indigenato, começou a governar Moçambique de forma indireta, (CAU, 2011).

Esse estatuto caracterizava um sistema de exploração e denominação colonial que impunha trabalhos forçados a uma parte da população. Somente em 1961 o estatuto foi abolido. Logo, com esse sistema de divisão e segregação parcial, era baseado a uma parcela da população negra o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, (ARAUJO, 2008; BATISTA, 2014).

O governo português, com o intuito de coibir as ações de revolta da população e de evitar que elas se tornassem movimentos fortes contra a metrópole, como os que se sucederam

em outros territórios ultramarinos de Portugal, principalmente as revoltas em Angola, decidiu fazer um acampamento mais próximo da população atuando por meio de estratégias sócias, visando proporcionar atividades de entretenimento e lazer que dispersassem a população dos sociais e políticos em relação à metrópole (Idem).

Com os Serviços de Ação Psicossocial, Portugal tentava reduzir os embates da população contra o governo, com tudo as desigualdades entre os colonos e colonizados eram enormes dentro da sociedade moçambicana.

Desta forma, com grande desigualdade social e sem qualquer apoio da metrópole para o seu desenvolvimento socioeconômico, os territórios ultramarinos lusófonos na África começaram os conflitos armados na luta pela sua independência. Angola, Guiné e Moçambique, através de movimentos nacionalistas, iniciaram a luta pela sua soberania, (BATISTA, 2014).

Somente nessa fase, em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970, é que Portugal resolve promover investimentos governamentais nas colônias e favorecer os investimentos privados, Contudo, o contexto já era outro, e as elites colônias já estavam dispostas a lutar pela sua independência, (CAU, 2011).

O modelo de independência alcançado por outros Estados africanos que já tinham conseguido a sua “autonomia” (como Camarões, Gana, Guiné) não foi implantado por Portugal em suas colônias, pois mesmo se encaminhando para a segunda metade do século XX o país ainda lançou vários movimentos de repressão contra os grupos que visavam à independência nos territórios ainda colonizados, (Idem).

Contudo, a abertura que se observa a partir dos anos 1960 em Moçambique não foi capaz de implantar um sistema abrangente para a população negra, o só começou a ocorrer de fato após a independência em 1975, (BRITO, 2003; BATISTA, 2014).

O desencadeamento das lutas armadas de libertação, no período entre 1961 e 1964 desferiu um golpe mortal às campanhas de propagandas que faziam dos povos das colônias portuguesas. A luta de libertação nas colônias portuguesas traz algo de novo para África.

Aqui, não se luta contra colonialistas, mas sim contra toda e qualquer opressão, contra toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem, (BRITO, 2003).

Assim, no decurso da luta armada de libertação, foi desencadeado um processo destinado a instalar um poder fundado na aliança das camadas sociais exploradas do país, destinados a levar a termo a luta de libertação nacional e a liquidar o sistema de exploração do homem a fim de edificar uma sociedade nova, (BATISTA, 2014).

O descontentamento no seio do povo português gerado pela guerra nas colônias em parte contribuiu para que, em abril de 1974, fosse desposto o governo português, perante as evidências no campo de batalha.

O novo governo liderado por militares viu-se obrigado a assinar um cessar-fogo com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) a 7 de setembro de 1974, com a assinatura desses acordos, conhecidos por Acordos de Lusaka¹¹, instalava-se, a partir daquela data, um governo de transição que prepararia o território para a proclamação da independência no dia 25 de junho 1975, (Idem).

Moçambique independente era solidário com a luta dos povos sob jugo coloniais e regimes minoritários em África e em todo o mundo, ao mesmo tempo em que se empenhava em seguir uma linha de Não Alinhamento com os blocos militares-ideológicos existentes.

No âmbito externo, a estrutura política e a orientação ideológica de Moçambique independente foram profundamente influenciadas de um lado pelo movimento de descolonização e, de outro, pela rivalidade entre os dois blocos, (CAU, 2011).

Com a sua estratégia marxista-leninista, indireta para a influência nos novos Estados independentes da África, a União Soviética procurou não só suplantar a influência ocidental, mas também conter a influência chinesa. O seu processo de penetração em todo o Terceiro Mundo foi reflexão dos interesses gerais sob o plano ideológico, econômico e de estratégia

¹¹ Os Acordos de Lusaka constituem um memorando que pôs fim à guerra travada pela FRELIMO contra a dominação colonial. Reuniram-se em um frente-a-frente em State House, Lusaka, na Zâmbia, representantes do governo português, liderados por Mário Soares e Almeida Santos, e a delegação da FRELIMO, liderada por Samora Machel, da qual fizeram parte: Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Alberto Chipande, Óscar Monteiro, Bonifácio Gruveta, Sebastião Mabote, Jacinto Veloso, Mariano Matsinhe, Xavier Salila, Joaquim Munhepe, Mateus Malichocho, João Phelembe, Joaquim de Carvalho, José Mosane e Graça Simbine. (Domingos, 2015: 229).

militar, adotando características, consoante o lugar geográfico a que se dedicavam. A influência soviética, assim, estendeu-se de forma ativa a maioria dos territórios, exercendo algum predomínio em territórios da África negra e da América Latina.

2.2 MOÇAMBIQUE PÓS- INDEPENDÊNCIA

Entre 5 e 7 de setembro de 1974 em Lusaka, na Zâmbia, a Frente de Libertação de Moçambique e o Governo português assinaram acordos que reconheciam formalmente o direito de independência à Moçambique e que determinariam como seria feita a transferência de poderes para a FRELIMO, explicando o regime jurídico de bipartição de poderes sobre o território até a total independência que ocorreria em 25 de Junho de 1975.

Até junho de 1975, Moçambique foi dirigido por um governo provisório formado por ambos os lados. Após uma década de conflito armado, no dia 25 de junho foi reconhecida a independência oficial do Estado moçambicano. A partir desse momento Moçambique passa a ser governado pela FRELIMO, em regime de partido único através da ideologia de sociedade socialista, (PEREIRA, 2006).

Após nove meses de governo Provisório, foi instaurado um novo poder em Moçambique sem a realização de eleições. A FRELIMO recebeu um país com enormes problemas de infraestrutura e de falta mão-de-obra qualificada.

O fim do sistema colonial em Moçambique, que se deu através da independência política, constitui a primeira transição política. Essa ruptura com a velha ordem significou a construção de um novo Estado, embora ainda com pouca experiência, o novo governo teve inicialmente a preocupação e aprofundar os seus conhecimentos sobre a estrutura social e econômica do país, a fim de implementar políticas coerentes com a realidade moçambicana, (NYAKADA, 2008).

No entanto, tudo indica que a FRELIMO não foi capaz de se organizar de forma eficaz numa estrutura político-partidária verdadeiramente representativa e operante na globalidade do território, (NYAKADA, 2008; BATISTA, 2009; PEREIRA, 2006). O governo da FRELIMO entendeu que era necessário efetuar a transformação das estruturas do poder colonial, convertendo-as em instrumentos ao serviço dos camponeses e operários.

Em Julho de 1975, na primeira sessão do Conselho de Ministros, o governo decidiu a extinção das regedorias¹², estruturas que pela sua natureza feudal e pela colaboração que prestaram ao colonialismo são incompatíveis com o poder popular. De um só golpe eram amputadas as chefias das sociedades tradicionais, sem uma separação do artigo e do joio, e, sem uma análise cuidada do problema para se ter conhecimento do que eram realmente as regedorias.

O passo seguinte foi a instauração das aldeias comunais, o que de acordo com o modelo socialista, iria facilitar a produção coletiva desestruturando simultaneamente a organização tradicional das populações; estas, ao ser obrigadas a abandonar as suas casas, perdiam os seus símbolos, como os locais de homenagem aos antepassados. Aquilo que era propalado como feudalismo e obscurantismo tinha um significado importante para o equilíbrio psicológico e social das populações, (PEREIRA, 2006).

2.3 A FORMAÇÃO DO ESTADO SOCIALISTA E A ECLOSÃO DA GUERRA CIVIL

A herança do colonialismo foi pesada, sobretudo nos domínios da saúde e da educação. Em 1974, havia um médico por cada 17.349 habitantes e mais de metade dos profissionais de saúde encontravam-se na cidade capital, então Lourenço Marques; no domínio do ensino, a taxa de analfabetismo era de 93%, havia 3.800 estudantes universitários. Dos quais apenas 40 negros. A administração do território, a estrutura económica e social do país, para alcançar os objetivos do poder colonial e completamente dominadas pelos Europeus já não se adequavam à nova realidade política do Estado moçambicano, (BOUNE, 2005).

Os *modus operandi* do centralismo democrático atinge não apenas o partido, mas o próprio aparelho de Estado; os dirigentes das instituições intermedias, das Províncias às

¹² As “regedorias”, legalmente instituídas no mesmo dia em que foi abolido o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, constituíram, na prática, uma opção concentracionária para disciplinar e vigiar as populações africanas, as quais tinham sido dispersas, devido ao avanço dos contingentes militares, desde o início da guerra, (CURTO e CRUZ, 2015: 119).

Aldeias comunais, respondem perante o Presidente e o Conselho de Ministros. Era a assunção clara, em sede da organização do poder estatal, da doutrina do marxismo-leninismo.

Nesta fase ainda assistimos à implementação da política por objetivos, como a ofensiva da produção (1976), a luta contra a corrupção (1981) e a operação produção (1983), que considerava a agricultura como o centro a merecer a atenção de todos os Moçambicanos, (ENDERS, 1977; BOUNE, 2005).

Dois anos depois de a FRELIMO ter adoptado uma nova constituição multipartidária, que preparou as condições para a realização de eleições pluralistas, a paz chegou. As eleições tiveram lugar em Outubro de 1994, sob os auspícios de uma força de manutenção da paz das Nações Unidas, que supervisionou o processo de transição (1992-1994).

2.4 PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Moçambique, inicia a viragem política a partir do V Congresso da FRELIMO, em 1989. O Partido põe de lado as referências ao marxismo-leninismo e abraça o modelo político democrático. A organização do Estado sofre profundas mudanças, a economia de mercado toma claramente o lugar da economia planificada e o Estado adota uma nova constituição em 1990.

Em 1987, em plena escalada de uma guerra de desestabilização, a FRELIMO introduziu um programa de ajustamento estrutural patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Dois anos mais tarde, abandonou formalmente o marxismo-leninismo, que havia sido a sua ideologia oficial desde 1977.

A ruptura formal com o socialismo de Estado coincidiu com a decisão de entrar em negociações diretas com a Resistencia Nacional de Moçambique (RENAMO), um movimento militar rebelde que havia sido criado por procuração pela Rodésia e subsequentemente herdado pela África do Sul do *apartheid*. As conversações de paz, realizadas em Roma, culminaram no Acordo Geral de Paz (AGP), assinado a 4 de Outubro de 1992.

O acordo encerrou um conflito militar cruel que tinha nascido, em 1976, da luta nacionalista africana, à escala de toda a região, para erradicar os últimos bastiões de supremacia branca no continente. A guerra conduziu à morte de cerca de um milhão de

pessoas, teve um custo estimado em 20 mil milhões de dólares e deixou o país em ruínas. O combate foi marcado por horríveis atrocidades em massa, a vasta maioria das quais cometidas pela RENAMO, cuja insurreição rural desencadeou uma “grotesca campanha de terror” contra a população civil desarmada, (BOUNE, 2005).

Pois isto nota-se que a competição partidária moçambicana, é movida em parte pela literatura sobre as trajetórias (Path Dependency), ou seja, vincula-se sempre a uma concepção particular do desenvolvimento histórico, acontecimentos em um determinado contexto histórico que foram gerando e determinando resultados e acontecimentos sociais e políticos futuros, tanto nos país como nas instituições, e mudanças de trajeto que foram decorrentes de mudanças institucionais.

Esta é uma concepção ampla, que mescla elementos culturalistas e calculadoras, na forma de observar os fenômenos. Um exemplo são as constantes buscas de indícios e razões, por parte dos pesquisadores desta vertente, em arquivos históricos, trabalhando dados conceituais através da indução.

3 CAPÍTULO III: SURGIMENTO DOS PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS E ELEIÇÕES GERAIS EM MOÇAMBIQUE

Este sob capítulo tem como objetivo central, descrever de uma forma cronológica a história do surgimento dos principais partidos em Moçambique e bem como dos resultados eleitorais gerais de 1994 a 2014, tomando como base o impacto delas na democratização e manutenção da democracia moçambicana.

Todavia, primeiro vamos abordar o surgimento do partido FRELIMO, onde trataremos em linhas gerais o seu campo de atuação, influência e como o mesmo se comporta no campo da competição política moçambicana, aliado a isto, teremos de seguida o partido RENAMO, onde faremos a semelhança do anterior partido FRELIMO, mais com enfoque no papel que esse partido RENAMO teve no processo de transição de um sistema unipartidário, para um sistema multipartidário, (CAU, 2011).

Por fim, o partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que surgiu recentemente e ao longo do tempo vem tentando se tornar numa terceira força política e consequente alternativa na escolha dos partidos nas eleições gerais, e também, traremos de uma forma sequenciada os resultados eleitorais presidências e legislativo de cada ano eleitoral, seguida de uma análise desses resultados.

A contextualização da história de Moçambique, desde o seu passado colonial, com a chegada dos portugueses através da penetração mercantil, até o surgimento de grupos que lutaram para a independência do território culminou com o nascimento de alguns movimentos que mais tarde se uniram e formaram uma única frente. Mesmo assim, sempre foi notável a presença de conflitos em território moçambicano no entanto ligados ao combate contra todo tipo de discriminação social advindo do colonialismo, mas entre a classe política e a sua ordem sociocultural, (CAU, 2011).

3.1 SURGIMENTO DA FRELIMO

Os conflitos em território moçambicano não eram somente de classe política, mas também de ordem sociocultural. A população negra do país, mesmo com o fim da abolição, sofria com os resquícios da escravatura. O preconceito estava disseminado pelas ruas de Moçambique. Em ônibus coletivos havia espaços reservados para a população branca em que os negros não podiam sentar-se, (BATISTA, 2011), e isso criou muita revolta e muitos pedidos de concessão da independência nacional.

Dada a resistência do regime colonial em conceder a independência por via pacífica, transferindo o poder para personalidades ou burguesia social local, a guerra de libertação nacional, que eclodiu a 25 de setembro de 1964, encarnou uma ruptura violenta, política e cultural, com o sistema colonial. Com isso, as primeiras organizações visando à independência se formaram no exterior, a partir da década de 1960, reunindo moçambicanos residentes em alguns países vizinhos (Malawi, Tanganica, Quênia e Rodésia do Sul).

Para o caso da Rodésia¹³, foi criada a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) isso em 1960, sendo os seus membros trabalhadores e emigrantes das províncias (estados) moçambicanas do centro e do sul da colônia; já na mesma senda em 1961, surgiu em Quênia a MANU (*Mozambique African National Union*) a partir de vários pequenos grupos de moçambicanos residentes em Tanganica e no Quênia. Uma terceira organização, a UNAMI (União Africana de Moçambique Independente) foi fundada no Malawi por moçambicanos, majoritariamente da zona norte de Moçambique.

Assim, foi a 25 de junho de 1962, em Dar-es-Salaam, que se reuniram os membros das direções dos três movimentos e outros nacionalistas vindos do interior de Moçambique, onde se decidiu a dissolução das três organizações, e a fusão na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

¹³ A Rodésia, atual Zimbábue, começou a ser povoada por colonos ingleses ao final do século XIX por meio de expedições de cunho imperialista. Assim, historicamente, a história da Rodésia do Sul se estende desde o estabelecimento dos assentamentos de colonos ingleses, passando pelo reconhecimento oficial da colônia pelo Reino Unido em outubro de 1923, até a sua Declaração Unilateral de Independência de 1965, assinada pelo primeiro-ministro Ian Smith, marcando a independência unilateral da metrópole (HENSMAN, 1900)

Neste encontro, que se considera basilar na formação do Movimento de Libertação de Moçambique, esteve presente Eduardo Chivambo Mondlane, que teve um papel fundamental no processo de unificação dos três movimentos, diante deste papel, é conhecido como sendo o arquiteto da unidade nacional.

Portanto, afigura-se aqui nos seus preceitos de fundação, que a FRELIMO é uma organização política constituída por moçambicanos, sem distinção de sexo, origem étnica, de crença religiosa ou de lugar de domicílio. A Frente teve por objetivo a liquidação total, em Moçambique, da dominação colonial portuguesa e dos vestígios do colonialismo e do imperialismo, a conquista da independência imediata e completa de Moçambique, e a defesa e a realização das reivindicações de todos os moçambicanos explorados oprimidos pelo regime colonial português, (MACAGNO, 2009).

Aliado a isso, a FRELIMO defendia também a unidade nacional, segundo ela, essa unidade nacional devia englobar todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciado na unidade ideológica do movimento, na unidade entre guerrilheiros e o povo, na unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e trabalho manual, cidade e campo.

Esta unidade forjar-se-ia na participação na libertação nacional e no comportamento quotidiano, conquistar-se-ia pela comunhão dos sofrimentos vividos, pela convergência nos propósitos da luta, pelo estabelecimento de “relações tipo novos” que deveriam ultrapassar tanto a experiência colonial, como a tradicional.

Em suma, a unidade era algo constante que a FRELIMO buscava para a sua implantação de fato e para a sua subsistência como um grupo forte e que não fosse fragmentado. Contudo, esta Frente então fundada tinha sua base de apoio alargada e conseguiu aliar os três movimentos mesmo que inicialmente tivessem um cariz mais regional e não de unidade conforme explicado por, (NEWITT, 1995).

Porém, ao contrário do que se pretendia, os primeiros anos do movimento (FRELIMO) foram marcados pelo facciosismo e pela dissensão interna, (OPELLO, 1975; O'LAUGHLIN, 1992), onde a principal divisão do movimento resultava da oposição entre as duas facções principais (a radical e a conservadora).

Os da facção conservadora, sempre pretenderam centrar os esforços na independência, o objetivo central dos radicais era após independência, assumir o controlo do Estado e utilizar esse poder para remodelar completamente Moçambique e construir uma nova sociedade a sua maneira.

Na década de 1970, os radicais tinham dominado os seus adversários conservadores dentro do partido que lhes permitiu unir o partido sob a sua liderança, (VINES, 1996).

Os da facção, de outro lado assentavam em alianças entre pequenas coligações de assimilados oriundos da zona sul do País, normalmente mulatos, brancos e indianos e também uma elite emergente rural de moçambicanos do Norte do País, com níveis de educação obtidos em seminários que lhes permitia ter o devido respeito dentro da FRELIMO.

Porém, este grupo de radicais, excluía a elite do Centro do país que tinha antecedentes sociais diferentes (VINES, 1996). Apesar da elite oriunda do Norte do País representar uma parte importante da elite governante, a grande parte dos que encabeçaram a ideologia eram advinda da elite de Maputo¹⁴, (VINES, 1996).

Notadamente, essa luta pela independência com cunho social arraigou um nacionalismo com viés de transformação da sociedade moçambicana. Com a maneira de rejeitar tudo o que o antigo sistema representava, tanto em matéria social e econômica, como em matéria política, o movimento de guerrilha se orientou com os principais do socialismo marxista-leninista, (MACAGNO, 2009).

A guerra fria também foi um fator para nortear o posicionamento ideológico da FRELIMO. Além dos ideais compartilhados, o armamento e o treinamento militar que o grupo recebia vinham dos países com ideologia marxista e grande parte da ajuda da União Soviética.

Esta ideologia marxista foi alimentada, sobretudo pela fome, desigualdade social, má distribuição de renda e exploração advindas do sistema colonial no território moçambicano.

¹⁴ **Maputo** (ou **Lourenço Marques** até 1976) é a capital e a maior cidade de Moçambique. É também o principal centro financeiro, corporativo e mercantil do país. Localiza-se na margem ocidental da Baía de Maputo, no extremo sul do país, perto da fronteira com a África do Sul e, da fronteira com a Suazilândia e, por conseguinte, da tripla fronteira dos três países. Até 13 de março de 1976, a cidade era denominada Lourenço Marques em homenagem ao explorador português homónimo.

Em 1962 no seu primeiro Congresso, em 1968 no segundo, a FRELIMO determinou os seus objetivos em médio e longo prazo na luta de libertação nacional, em que a independência é apenas uma fase do grande projeto de construção de uma nova sociedade, (MACAGNO, 2009).

Um país livre de qualquer relação com o antigo sistema de exploração colonial e sem qualquer traço do imperialismo que lhe foi imposto ao longo da história era o seu principal objetivo a ser alcançado, deste modo, o movimento se definiu anticapitalista e de luta contra a repressão oprimida.

Após uma década de luta de libertação, o presidente da FRELIMO, Samora Machel¹⁵, expandiu as forças para a parte Norte e Centro do país. Em 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, uma nova fase do embate entre portugueses e moçambicanos começa a aflorar, o que levou ao término do conflito.

Com isso, a guerra entre a FRELIMO e o governo português chegava ao fim em setembro de 1974, quando foi assinado o Acordo de Lusaka, na Zâmbia, que permitiu que Portugal reconhecesse formalmente o direito de independência a Moçambique, o que veio a se efetivar em 25 de junho de 1975, (VINES, 1996; MACAGNO, 2009; O'LAUGHLIN, 1992).

A partir desse momento, Moçambique passa a ser governado pela FRELIMO, em regime de partido único através da ideologia socialista, (ALFANE, 1996), como corolário do bloco oeste (URSS, Cuba, Coréia do Norte, China) que auxiliou ainda na luta pela independência.

¹⁵ **Samora Machel**, Primeiro presidente de Moçambique Independente. Substituiu Eduardo Chivambo Mondlane após a sua morte. Principal mentor do socialismo e marxismo em Moçambique. Populista, carismático e Pai da nação Moçambicana. Morreu em um acidente de aviação em 1986, que até então não se sabe as razões do acidente.

3.2 SURGIMENTO DA RENAMO

A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) é criada pelo regime de Ian Smith na antiga Rodésia (atualmente Zimbábue) como resposta a ajuda que a FRELIMO dava a Zimbabwe a quando da luta pela independência, e na sua maioria era composta inicialmente por colonos portugueses que se mudaram para a Rodésia após a independência de Moçambique, porém, ainda tinham interesses financeiros no País.

Por outro lado, a RENAMO era também composta essencialmente por antigos soldados moçambicanos das forças especiais do exército e da polícia portuguesa. E já em 1983 também foi apoiada pela África do Sul, a ainda sob regime do Apartheid, (MINTER, 1994).

O movimento surgiu assim com um braço militar e com pretensões de desestabilizar o partido-Estado, somente depois de muito tempo vai ganhado cunho político (TERENCIANO ; SOUZA, 2016). Embora a origem e a ação militar da RENAMO durante os primeiros anos da sua existência, estejam diretamente ligadas aos interesses rodesianos e sul-africanos, isso não significa que se possa reduzir a essa dimensão exterior.

A implantação interna da RENAMO a partir do início dos anos oitenta, traduzida pela generalização da sua atividade militar a todas as províncias moçambicanas (1983), indica que ela terá funcionado como catalisador de um processo de contestação do Estado vigente por parte de segmentos significativos da população rural.

A RENAMO que nasceu em princípios de 1977, teve algumas outras razões como, por exemplo, o descontentamento de uma parte substancial da população rural, sobretudo do centro norte do país, em relação às políticas socialistas da FRELIMO e ao seu modo de execução, (GEFFRAY, 1991; HANLON, 1984).

As principais explicações para eclodir a guerra civil no país depois da independência de Moçambique tende a polarizar-se entre duas posições. A primeira realça que a guerra foi uma projeção de desestabilização contra o governo da FRELIMO, patrocinado externamente, no contexto da “estratégia total” do regime Apartheid da África do Sul para a região Austral do continente, (HANLON, 1984; MINTER, 1994; HERMELE, 1990), e a crescente preocupação ocidental em torno de um governo inspirado na ideologia marxista-leninista.

Por esta via, a RENAMO era vista como uma força fantoche, sustentada no exterior e sem nenhum programa político real ou intenção governativa e nenhuma base de poder doméstico (HANLON, 1984, p, 21).

A segunda explicação da guerra civil advoga que as causas da guerra foram internas, fruto das veleidades da experiência socialista falhada e a política de exclusão quase constante do partido FRELIMO, sobretudo no desrespeito pelas autoridades tradicionais, religiosas, a imposição de aldeias comunais e novas estruturas de poder que procuraram substituir a ordem social tradicional, (TERENCIANO ; SOUZA, 2016).

O primeiro chefe da RENAMO foi André Matsangaíssa, que era um dissidente da FRELIMO. Como punição pela dissidência, foi levado no dia 15 de setembro de 1976, para o campo de recluso na localidade de Sakuzi, no distrito de Gorongosa, província de Sofala, de onde conseguiu fugir.

Depois da fuga, organiza uma expedição contra o mesmo campo e resgata 400 prisioneiros, que o seguem para a então Rodésia. Destes 400 só pouco mais de 25 acabam por lá chegar, são estes os primeiros guerrilheiros da RENAMO e é aqui onde nasce a resistência em Moçambique. O atual líder da RENAMO desde 1977, é “Afonso Dhlakama” conta assim os primórdios da RENAMO e da sua luta, (TERENCIANO ; SOUZA, 2016).

A explicação que pode estar por detrás da dissidência dos principais líderes que mais tarde formaram a Resistencia Nacional Moçambicana, sustenta-se pelo fato do movimento de libertação FRELIMO, nas suas atuações pautar quase constantemente pelo regionalismo e marginalização dos membros oriundos da região Centro e Norte do País.

Esta forma de atuação da elite da FRELIMO foi determinante na maneira como os partidários da RENAMO post guerra civil, associaram à questão da marginalização dos seus membros maioritariamente da região Norte e Centro do País, nos seus discursos em períodos de campanha política e eleitoral, (HANLON, 1984).

Recordar que um dos discursos sonantes por parte da RENAMO e do seu líder nas primeiras eleições, é a questão do regionalismo, e sobre valência do Sul do País em

detrimento das outras regiões do País, o que mais tarde vai refletir-se na geografia eleitoral das primeiras eleições e não só, constituiu uma tendência na partilha do poder.

Ou seja, a FRELIMO consegue resultados positivos na região Sul do País, onde a máquina do Estado repousa, e a RENAMO, vai dominar a região Centro, que é a região onde surgiu, e cuja as primeiras incursões da guerrilha civil da RENAMO iniciaram na província de Sofala e Manica, que por sinal, o partido RENAMO é e sempre foi prospera ao menos nas primeiras duas eleições gerais e multipartidárias de 1994 e 1999, (TERENCIANO ; SOUZA, 2016). Por este fato, é onde começamos a ver o desenho da gênese do sistema partidário.

Em 1989 a RENAMO realizou o seu primeiro congresso. A nova liderança do movimento tornou-se etnicamente heterogénea e tentou afastar o estereótipo da RENAMO ser um movimento étnico dominado pelos Ndaus¹⁶ e concentrado no centro de Moçambique.

3.3 SURGIMENTO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MOÇAMBIQUE (MDM)

A dinâmica política das relações entre os dois principais partidos de Moçambique (FRELIMO e RENAMO) não tem ocorrido sem tensões, conflitos, marginalização e, às vezes, expulsões. Na sequência da expulsão por parte da RENAMO de um dos seus principais líderes, Daviz Simango, em Setembro de 2008, foi criado na Beira, capital de Sofala, em Março 2009, um novo partido, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

O surgimento deste partido trouxe consigo inúmeras expectativas aos moçambicanos, tendo renovado em muitos eleitores desiludidos com a prestação dos partidos da oposição, em particular da RENAMO, uma esperança para se evitar o descalabro do multipartidarismo e o regresso em força de uma dominação sem partilha da FRELIMO, (CHICAVA, 2010).

¹⁶ Os **Ndaus** são um grupo étnico que habita o vale do rio Zambezi, do centro de Moçambique até o seu litoral, e o leste do Zimbábue, ao sul de Mutare. Os ancestrais dos ndaus eram guerreiros da Suazilândia que se misturaram com a população local, constituída etnicamente por manikas, barwes, tewes, nas províncias moçambicanas de Manica e Sofala. A população local do Zimbábue, antes da chegada dos *Gaza Nguni*, descenderia primordialmente de Mbire, próxima à atual Hwedza. Os ndaus falam um idioma que pertence à família linguística xona, o xindau.

O MDM, criado logo após as eleições locais de 2008. Após a sua criação, esse partido afirmava-se preocupado com o cenário político moçambicano, depois da consistente vitória da FRELIMO nas eleições gerais de 2004 e nas eleições locais de 2008, o MDM afirmava como seu objetivo principal evitar que a FRELIMO alcançasse maioria qualificada nas eleições de 2009, ou seja, 2/3 ou mais votos, o que lhe permitiria governar sem maiores limites à sua atuação, podendo mesmo alterar a constituição:

O perigo de que o regime monopartidário retorne sob a capa de um sistema multipartidário é um risco cada vez mais iminente e crescente. Nas três últimas eleições multipartidárias, tanto ao nível autárquico como a nível nacional, as chances de alternância do poder político e de governação diminuíram progressivamente de eleição para eleição. A consequência disto é que o partido atualmente no poder em Moçambique governa e reina sem ter que prestar contas à sociedade moçambicana, pois não existe uma oposição politicamente forte e capaz de exercer uma monitoria efetiva e responsabilizadora da governação. (CHICAVA, 2010, p, 13).

De acordo com o MDM, outro dos seus objetivos principais era o de romper com a bipolarização política que caracteriza (va) o cenário político moçambicano, dominado pela FRELIMO e pela RENAMO desde as primeiras eleições democráticas de 1994, conforme as palavras do seu presidente, Daviz Simango:

A criação do MDM visa proporcionar novas oportunidades de renovação da democracia multipartidária, pluralista em vez de bipartidária ou novamente monopartidarista. Responde à necessidade de mudanças reais, efectivas e não fictícias. Representa que a afirmação da identidade moçambicana plural está viva, atenta à situação política perigosa em que nos encontramos. A criação do MDM não acontece para diversificar por diversificar. Acontece porque milhares de cidadãos precisam de realizar-se como cidadãos responsáveis pela sua vida e sua sociedade. (CHICAVA, 2010, p, 14).

O MDM apresentava-se também como alternativa contra aquilo que considera de letargia dos partidos da oposição, vista mais como um resultado de “falta de visão política” do que da propalada “falta de recursos financeiros e materiais”, e afirmava trazer uma nova forma de ser e de estar na política em Moçambique, ou seja, renovar o cenário político moçambicano:

O MDM não surge para brincar aos partidos políticos, nem para ampliar a desagregação da já demasiado fragmentada oposição política moçambicana. Sentimos a maior consideração e apreço pelas iniciativas partidárias anteriores às nossas. Porém, se optamos por criar um partido novo é porque a maturidade da consciência política pluralista está hoje convencida [de] que a forma de fazer política precisa de renovação, (CHICAVA, 2010, p, 15)

Para além dos elementos do PCN, a maior parte dos membros do MDM, pelo menos ao nível da liderança, são indivíduos que anteriormente faziam parte da RENAMO, entrados em

dissidência, quer porque estavam em desacordo com a atuação de Afonso Dhlakama, quer porque se sentiam marginalizados por este e viam no MDM uma oportunidade para ocupar algum posto, quer como alternativa política à FRELIMO e à RENAMO. Pode-se igualmente encontrar ainda no MDM elementos descontentes com a FRELIMO, mas que não se identificam com a RENAMO, (CHICAVA, 2010).

3.4 SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO DE MOÇAMBIQUE

Qualquer sistema eleitoral que é adotado num determinado país pode exercer uma influência sobre a organização política e partidária e a composição parlamentar, as instituições bem como a orientação política do regime político no seu todo.

No contexto Moçambicano, a escolha recaiu ao sistema eleitoral de representação proporcional¹⁷ de listas fechadas¹⁸ e o processo de transformação dos votos em assentos parlamentares é feito, até hoje, com base no método D'hondt, num universo de 250 assentos parlamentares, onde para disputar estes assentos parlamentares precisa ultrapassar a cláusula de barreira de 5% da votação Nacional, (TERENACIANO ; SOUZA, 2016).

Por isso, as explicações de CARILHO, 1995 ; MACUANE, 2000 ; BRITO, 2010, nos ajudam a entender que após o Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, Moçambique adota uma democracia do tipo representativa. O processo de escolha desta forma de democracia foi algo natural, mas a escolha do sistema eleitoral gerou muitas discussões no seio dos partidos que vinham de uma desconfiança extrema, após a guerra civil. Como corolário disso, finalmente adota-se o sistema de representação proporcional de lista fechada.

Explicação plausível foi avançada por Carilho (1995, p, 132), ao mostrar que a fonte do sistema eleitoral Moçambicano é o Acordo Geral de Paz emanado pela Constituição da República de 1990. No entanto, qualquer que seja a natureza jurídica do Acordo Geral de Paz, é pertinente reconhecê-lo como sendo um elemento indispensável das fontes do direito

¹⁷ Artigo 107, número 3 da Constituição da República de Moçambique, associada à Lei nº 12/1992, de 9 de outubro de 1992.

¹⁸ Artigo 109, nº 1, da Lei Eleitoral de 1992.

eleitoral Moçambicano, sobretudo os protocolos que se referem à formação dos partidos políticos¹⁹, à Lei Eleitoral²⁰ e outros, (TERENCIANO ; SOUZA, 2016).

Esta escolha pode ter explicações à luz do referencial teórico, onde os partidos políticos acreditando conhecer os pressupostos teóricos sobre as leis de Duverger (1957) segundo as quais a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos, independentes e estáveis; e o majoritário de dois turnos tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis, dependentes e relativamente estáveis e ao passo que o majoritário de um único turno, tende a um sistema dualista, com tendências dos grandes partidos independentes.

Posto isso, esperava-se que a escolha do sistema proporcional alargasse a representatividade partidária no parlamento, pois julgavam saber de forma profunda as leis de Duverger acima expostas.

A título de exemplo nas eleições legislativas de 1994, entre as 14 legendas que disputaram os 250 assentos parlamentares, apenas a FRELIMO, a RENAMO e a União Democrática, arrecadaram 51%, 43,2% e 6% respetivamente, e nenhum dos 11 restantes partidos obteve uma votação acima de 2% do total dos votos nacionais, sendo que 3 deles, não conseguiram alcançar 1% da votação.

Cabe salientar que o sistema eleitoral e partidário de Moçambique, na perspectiva da definição clássica (como o conjunto de regras, procedimentos, instituições que vão moldar o processo eleitoral no seu todo), pode ser descrito resumidamente, conforme o Quadro 1, a seguir.

¹⁹ Protocolo II – Dos critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos em Moçambique.

²⁰ Protocolo III – Dos princípios da Lei Eleitoral

Quadro 1: Sistema Eleitoral e Partidário de Moçambique de 1994 a 2014

Desenho do Sistema Eleitoral e Partidário de Moçambique	Descrição
Sistema Eleitoral	Representação Proporcional: Eleições para Legislativo; (Método D´hondt);
	Majoritário de duas voltas para Presidente (Não há segunda volta caso um candidato receba 50% + 1 voto);
	Votação de Lista Fechada (voto em Partidos);
	Registro eleitoral e Voto facultativo;
	Voto a partir dos 18 anos de Idade;
Sistema Partidário	Sistema Bipartidário consubstanciado com o Sistema de Partido Predominante (2009 e 2014) FRELIMO

Fonte: Freedom House e African Election Database. Adaptado pelos autores (2017)

3.5 ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE: ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Os órgãos de gestão eleitoral, no caso de Moçambique a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), desempenham uma função central no processo eleitoral. O reconhecimento da legitimidade dos resultados eleitorais e, por consequência, do poder saído das eleições depende muito da sua neutralidade em relação às várias forças políticas em competição, (BRITO, 2011).

Em termos práticos, o Acordo Geral de Paz de 1992, negociado entre o governo da FRELIMO e a RENAMO, reservou a estas duas forças o papel central do processo de transição política para o sistema multipartidário. A RENAMO reconheceu o governo e as suas instituições em troca de um processo conducente à realização de eleições gerais, supervisionado por uma série de comissões mistas, com participação das Nações Unidas, que passou pela formação de um exército único com militares provenientes das duas forças.

À luz do acordo, a RENAMO pôde designar administradores para alguns distritos sobre os quais tinha adquirido o controle total durante a guerra. Uma análise cuidada do acordo de paz permite concluir que este foi essencialmente concebido para obter o termo da guerra civil e acomodar a RENAMO na nova ordem política, mais do que para promover a abertura do espaço político a uma democracia pluralista.

Pois, foi num contexto dominado pelos dois partidos (FRELIMO e RENAMO), que a legislação eleitoral destinada a reger as primeiras eleições multipartidárias foi desenvolvida, a legislação contava com alguns princípios estabelecidos no acordo de paz, nomeadamente que o sistema de representação seria proporcional e que haveria uma barreira (entre 5% e 20%) à constituição de mandatos parlamentares²¹.

É evidente que, se por um lado a RENAMO não parecia muito confortável com o princípio de um sistema majoritário, inscrito na Constituição da República de Moçambique de 1990 pela FRELIMO, e advogou a sua substituição pela representação proporcional, por outro lado, a sua proposta de inclusão de uma barreira muito elevada só podia corresponder a uma intenção de tentar reduzir a eventual influência dos pequenos partidos que iam aparecendo. (BRITO, 2011).

Estes eram vistos como criações oportunistas, favorecidas pela FRELIMO para enfraquecer a RENAMO. Assim, os restantes partidos foram praticamente excluídos do processo de elaboração da legislação eleitoral, tendo apenas sido consultados na fase final e sem carácter vinculativo, embora tenham obtido o direito de indicar três membros para a Comissão Nacional de Eleições, (BRITO, 2008).

Assim, a administração eleitoral ficou a cargo da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico para a Administração Eleitoral (STAE), dela dependente. A constituição da CNE foi alvo de grande debate, tendo sido finalmente acordado que seria formada por (20) vinte membros, sendo (10) dez indicados pelo governo e outros (10) dez pelos partidos da oposição (sendo (7) sete para a RENAMO e os restantes (3) três para os outros partidos), os quais deveriam propor a nomeação de um presidente para a CNE a ser nomeado pelo Presidente da República, (BRITO, 2011).

²¹ A lei acabaria por estabelecer a barreira em 5% dos votos expressos nacionalmente.

Paralelamente, a RENAMO tinha também o direito de nomear diretores-adjuntos a todos os níveis de direção do STAE, introduzia-se, assim, o princípio de partidarização da administração eleitoral.

Para o caso da primeira eleição em 1994, a participação do eleitorado foi massiva (88%), isto se deveu em parte à qualidade da gestão técnica do processo, mas, sobretudo terá correspondido a um alto nível de expectativas, não só em relação à consolidação da paz, como ao exercício da liberdade do voto, que permitia pela primeira vez aos cidadãos expressar sem constrangimentos as suas simpatias partidárias.

Mas nas eleições subsequentes, o critério da indicação e composição dos membros na CNE passou a ser por via da representação proporcional dos partidos no Parlamento, o que de alguma forma permitiu que a FRELIMO e a RENAMO dominassem a instituição de gestão eleitoral, e por outro a própria competição política em Moçambique.

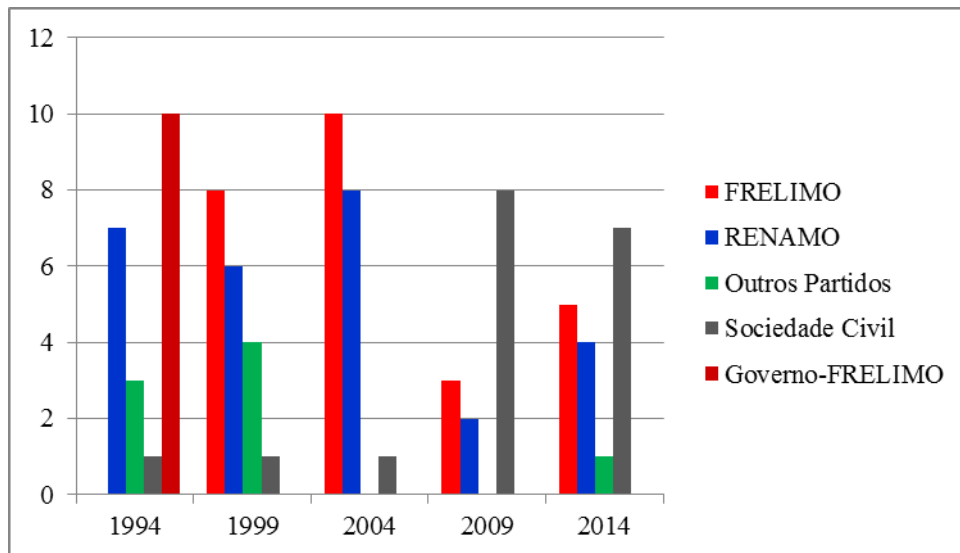
Assim, a nova lei eleitoral estabelecia que o governo deixasse de indicar 10 membros como foi na primeira comissão, restando-lhe apenas a indicação de 2 membros. Isso significou que os demais membros seriam indicados pelos partidos com representação no parlamento de acordo com sua proporcionalidade de assentos ocupados no parlamento, (MACUANE, 2010; BRITO, 2011), e o presidente da comissão seria da exclusiva e responsabilidade do Presidente da República nomear/indicar alguém da sua confiança, tomando em consideração sempre o ideal de consenso que vem pairando desde a Assinatura do Cessar Fogo em 1992.

Para as eleições de 2004, houve mais uma vez uma reforma da lei eleitoral de Moçambique, que traz como novidade o fato da sociedade civil poder ter representação. Mesmo assim, a tendência dos dois principais partidos de indicar a maior parte dos membros da instituição que regeu as eleições de 2004 continuou. Contudo, houve o esforço conforme indicado acima, de colocar a representatividade da sociedade civil, e como tal, unicamente o presidente do órgão que foi membro oriundo da sociedade civil e nomeado pelo presidente da República, (TERENCIANO ; SOUZA, 2016).

Após uma reforma da lei eleitoral, nasceu a lei 8/2007, que permitiu que as eleições legislativas e presidências de 2009, possibilitasse uma virada do tipo tomada do órgão de gestão eleitoral pela sociedade civil. Isto quer dizer que houve uma inversão, onde a

sociedade civil teve uma representação acima dos dois principais partidos, o que significava necessariamente que os partidos FRELIMO e RENAMO, haviam perdido seu protagonismo na Comissão Nacional de Eleições.

Gráfico 1: Composição da Administração Eleitoral em Moçambique de 1994 a 2014



Fonte: Lei Eleitoral n° 4/1993; n° 4/1999 e 8/1999; n° 20/2002; n° 8/2007 e n° 9/2014. Adaptado pelos autores (2018)

De fato, notavelmente há rupturas e continuidades, sobretudo as reformas da legislação eleitoral para cada eleição. A razão desta reforma quase contínua é explicada pela trajetória histórica das instituições, nos moldes do *path dependenc*, (VEBLEN´S, 1934; NELSON ; WINTER, 1982; HALL ; TAYLOR, 1996; HAMILTON ; FEENSTRA, 1998).

Os autores supra citados apontam a ideia de que qualquer casualidade social depende da trajetória percorrida pelas instituições, neste caso o órgão de gestão eleitoral e as leis eleitorais, aliada a historia política e social do país cujos dois principais partidos FRELIMO e RENAMO têm maior visibilidade na cena política e conseqüentemente tem tido melhores resultados em todas cinco eleições até então realizadas, (LUNDIN, 1995; NUVUNGA, 2013; BRITO, 2014), conforme ilustra o Gráfico 1.

Muitos argumentos foram avançados para compreender o porquê das contínuas reformas e ou reajustes da lei eleitoral em Moçambique, mas a maioria encontra explicação na maneira como foi feita a transição, cujo, dois partidos foram reconhecidos como pilares para o tal processo e isso é notório com a composição nos órgãos de administração eleitoral.

Conforme o Gráfico 1. Macuane (2010) revela que qualquer preocupação em compreender as explicações mais gerais das mudanças da lei eleitoral, deve ser associada ao processo de pacificação do País desde 1990, que de alguma forma refletiu a preocupação de encontrar formas de acomodamento dos interesses das duas principais forças políticas de Moçambique – RENAMO e a FRELIMO.

3.6 ELEIÇÕES

As eleições representam o cerne do processo de participação política democrática. Embora Moçambique não tenha presenciado os casos de extrema violência e fraude que têm afetado certos países africanos, seus processos eleitorais têm, contudo, sido marcados por acusações de fraude, alto nível de desconfiança entre os partidos políticos e alguns incidentes graves, o que sinaliza para a fragilidade das instituições democráticas no país, (AfrimAP, 2009).

De acordo com a legislação eleitoral vigente, o Presidente da República é eleito por sufrágio universal e direto num círculo eleitoral único ao nível nacional, em eleição de sistema majoritário, ao passo que os deputados da Assembleia da República são eleitos num sistema de representação proporcional em círculos eleitorais correspondentes à atual divisão territorial do país em províncias (aos 10 círculos eleitorais formados pelas províncias se soma a cidade de Maputo, resultando em 11 círculos eleitorais), sendo cada círculo eleitoral atribuído um número de assentos parlamentares proporcional ao número de eleitores recenseados.

A cena política moçambicana compreende cerca de cinquenta partidos, sendo que apenas a FRELIMO e a RENAMO, e menos proeminentemente o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), estão representados na Assembleia. Desde 1994, foram organizadas cinco eleições gerais e quatro autárquicas, todas elas reconhecidas pela comunidade internacional como pacíficas e legítimas, (SILVA, 2016).

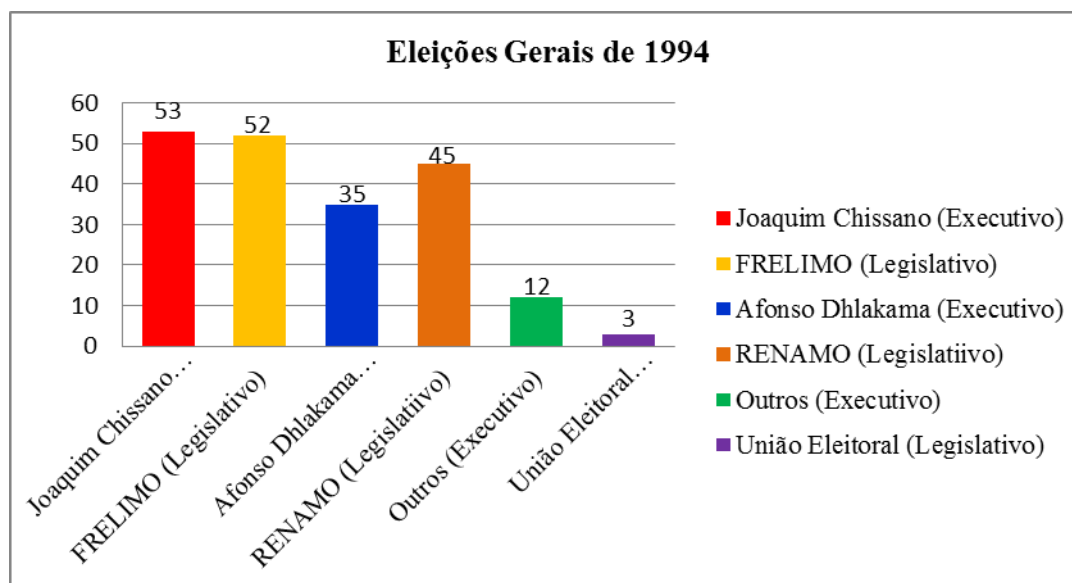
3.6.1 Eleições Gerais de 1994

Em 1994 foram realizadas as primeiras eleições nacionais democráticas no país, que puseram fim ao longo período de conflito civil. Essas eleições foram caracterizadas por uma participação massiva de todos os setores da sociedade moçambicana, (BRITO, 2010).

Além disso, as mesmas eleições tiveram um significado especial por várias razões: o primeiro fator a ter em conta nessas eleições, é que na história do país, os moçambicanos tiveram o direito de escolher os seus líderes políticos para os próximos cinco anos; o segundo fator tratava-se assim, do primeiro embate dos ex-beligerantes nas urnas; o terceiro fator e último, é o de que estas eleições eram as primeiras após a assinatura do acordo de paz e consequentemente, havia uma incerteza quanto ao risco de retorno à guerra, (SANCHES, 2014). Por isso, que Cahen (1998) qualificou estas eleições como as “Eleições do Silêncio”, uma vez que foram marcadas pelo “desejo de reconciliação” e pela vontade de “revitalizar” politicamente a sociedade.

A análise dos resultados eleitorais, que deram uma maioria absoluta nas eleições legislativas à FRELIMO que obteve 52% contra 45% da RENAMO e a União Eleitoral com 3%, ver no Gráfico 2 e para o executivo a vitória foi para o candidato da FRELIMO, Joaquim Chissano que conseguiu apanhar 53% contra 35% do candidato da RENAMO, Afonso Dhlakama, e 13% no somatório dos vários outros candidatos, Gráfico 2.

Estes resultados mostraram que, não obstante a representação proporcional, o sistema partidário moçambicano tendia a se estabelecer como um bipartidarismo, assente nos dois atores principais da guerra: a FRELIMO e a RENAMO em conjunto teve mais de 97% dos votos (52% para a FRELIMO e 45% para a RENAMO), (BRITO, 2010; CHICAVA, 2010).

Gráfico 2: Resultados das Eleições Gerais de 1994

Fonte: Comissão Nacional de Eleições. Elaborado pelos autores, (2017)

A FRELIMO saiu destas eleições de 1994 confortada na sua posição dominante (TERENCIANO ; SOUZA, 2016). Com uma maioria absoluta no parlamento, não só evitou qualquer abertura política ao nível do governo e das suas instituições²², como, consciente que a sua vantagem eleitoral era apesar de tudo relativamente magra e que a RENAMO tinha a simpatia do eleitorado em amplas zonas do país, iniciou um processo de reconstrução do Estado e da economia em seu favor, (BRITO, 2008).

3.6.1 Eleições Gerais de 1999

As eleições em 1999 ocorrerem sem grandes incidentes que prejudicassem o processo eleitoral. Nestas eleições tivemos 14 partidos políticos disputando as eleições legislativas e para o executivo tivemos dois candidatos, vindo dos dois maiores partidos Frelimo, Joaquim Chissano e Renamo, Afonso Dhlakama, (BRITO, 2008).

As eleições de 1999 foram às segundas eleições de Moçambique após a transição da guerra civil (TERENCIANO ; SOUZA, 2016). Como tal, aquelas eleições foram uma prova

²² O acordo de paz não previa nenhum mecanismo de partilha de responsabilidades para além das eleições. Assim, o papel que a Renamo tinha tido nas várias comissões mistas desapareceu completamente, deixando à Frelimo a continuação do seu controlo histórico, nomeadamente da administração pública e da polícia (melhor organizada e equipada que o novo exército e onde não houve incorporação de militantes da Renamo).

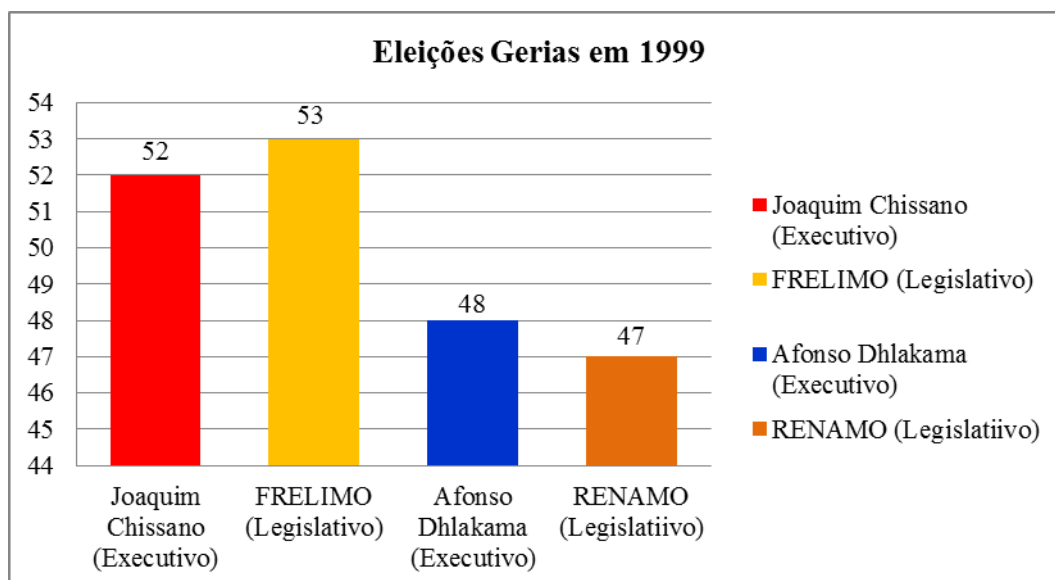
importante da democratização de Moçambique e, de um modo geral, da sua transição da guerra para a paz e de reconciliação nacional, (CHICAVA, 2010).

Nessas eleições tivemos apenas dois candidatos presidências para as duas eleições (Executivo e Legislativo), conforme disse no parágrafo anterior. Embora o Afonso Dhlakama tenha subido consideravelmente na eleição para o Executivo, a própria RENAMO pouco melhorou na corrida para o legislativo.

O partido FRELIMO, liderado por Joaquim Chissano, ganhou tanto as eleições para o Executivo, como para as Legislativas. Joaquim Chissano foi reeleito Presidente da República, com 52% de votos, contra 48% de votos do seu único opositor, Afonso Dhlakama, da RENAMO-União Eleitoral.

A FRELIMO, partido que esta no poder desde a independência, em 1975, consolidou a sua maioria na Assembleia Nacional, obtendo 53% de votos, contra 47% e votos da RENAMO-União Eleitoral, ver no Gráfico 3. Nessas eleições nem um dos partidos pequenos passou os 5% o que significa que apenas houve dois partidos parlamentares.

Gráfico 3. Resultados das Eleições Gerais de 1999



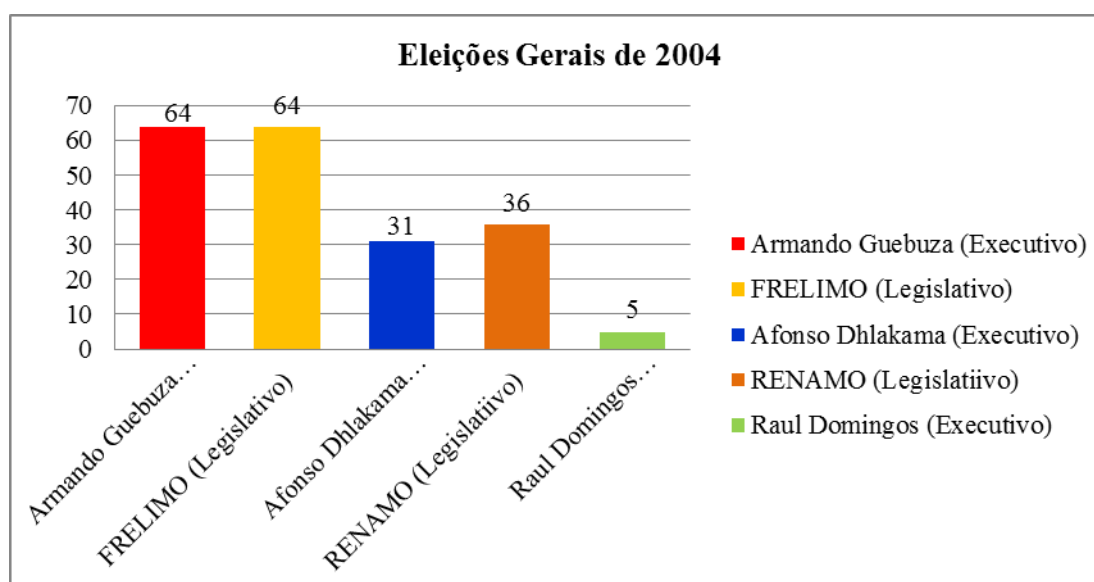
Fonte: Comissão Nacional de Eleições. Elaborado pelos autores, (2017)

3.6.2 Eleições Gerais de 2004

Se nas eleições de 1994 e 1999 houve um relativo equilíbrio entre os dois principais partidos do país, em 2004, como se pode observar no Gráfico 4, inicia-se, de fato, um grande afastamento da oposição nos quadros políticos e uma grande dominância da Frelimo no panorama governamental de Moçambique.

Nas eleições de 2004, a FRELIMO foi representada por Armando Guebuza, o qual conseguiu conquistar 64% de votos, contra 31% de votos do seu adversário da RENAMO Afonso Dhlakama, para o Legislativo a FRELIMO garantiu 64% de votos, contra 36% da RENAMO, ver no Gráfico 4.

Gráfico 4. Resultados das Eleições Gerais de 1999



Fonte: Comissão Nacional de Eleições. Elaborado pelos autores, (2018)

O distanciamento e maior ganho de poder da FRELIMO em relação à RENAMO não foi uma causa isolada, mas sim por um conjunto de fatores de revitalização dos quadros políticos do partido com o lançamento de novos nomes para as disputas eleitorais, (SANCHEZ, 2014).

Com a chegada do novo candidato Armando Guebuza à direção nacional da FRELIMO, e com a sua campanha presidencial, o partido aproximou-se mais do meio rural e de redutos ora antes dominados e influenciados pela RENAMO, (BRITO, 2008; BRITO, 2010; SANCHEZ, 2014; TERCENIANO ; SOUZA, 2016).

O forte uso do aparelho estatal em prol do partido também favoreceu o crescimento da FRELIMO que usou das estruturas governamentais para o próprio crescimento em face da desestruturação cada vez maior da RENAMO, que não conseguiu projetar uma eficiente gestão partidária, principalmente por falta de renovação no seu cenário político, (SANCHEZ, 2014).

Nestas eleições de 2004, a margem da vitória não deixa dúvidas, 33% de diferença entre o Armando Guebuza e Afonso Dhlakama, ver no Gráfico 3. E outro momento marcante foi a candidatura de Raul Domingos, que era um membro forte e possível sucessor do candidato Afonso Dhlakama, o mesmo Raul Domingos, foi expulso das fileiras da Renamo, e criou o seu partido PDD e candidatou-se a presidência da república, e porem acredita-se que a presença dele conseguiu subtrair alguns votos do candidato Afonso Dhlakama, razão pela qual tivemos uma retumbante vitória do Armando Guebuza, que foi eleito pela primeira vez Presidente da República de Moçambique, (BRITO, 2010; SANCHEZ, 2014).

3.6.3 Eleições Gerais de 2009

De acordo com o Gráfico 5, pode-se constatar que o favoritismo da FRELIMO e o seu candidato se manteve tanto no Legislativo como no Executivo. O candidato da FRELIMO para as eleições presidências, Armando Guebuza, se reelegeu com 75%, contra apenas 16% de votos do seu adversário direito Afonso Dhlakama e o estreante candidato do recém-partido criado Movimento Democrático de Moçambique, Daviz Simango, obteve 9% de votos, ver no Gráfico 5.

Nas eleições para o Legislativo, o favoritismo da FRELIMO também foi confirmado com a obtenção de 76% dos votos, contra 20% de votos da RENAMO, e 4% do MDM, ver no Gráfico 5. Salientar que foi um dado raro quanto ao partido RENAMO, porque é uma das únicas eleições em que o partido RENAMO teve mais votos que o seu candidato Afonso Dhlakama.

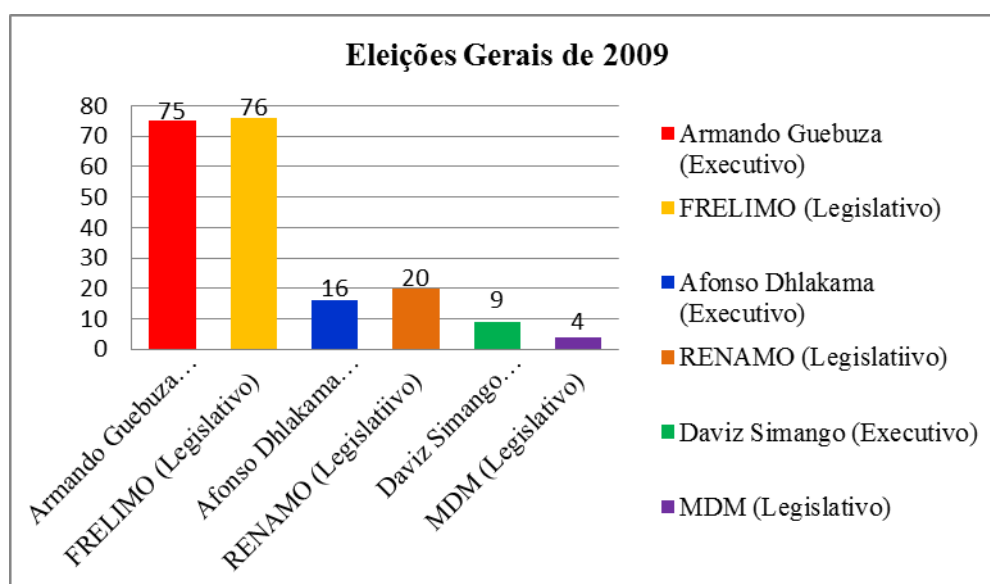
Nestas eleições gerais de 2009, mais do que o crescimento da FRELIMO, o que ocorreu foi a grande queda de popularidade e de aprovação da RENAMO, que chegou aos piores índices desde que começaram as eleições multipartidárias no país, por falta principalmente de renovação nos seus quadros políticos, (TERENCIANO ; SOUZA, 2016) ou também pode

estar relacionado com o monopólio da máquina administrativa e legislativa pelo partido FRELIMO, ver o Gráfico 1.

Outra razão da perda de apoio eleitoral quase linear, é o surgimento do novo partido (MDM), que como visto anteriormente, surgiu das veleidades existentes no seio do partido RENAMO. Outro elemento a salientar é que a FRELIMO ganhou em quase todo o País e com alguma margem ínfima, e a razão desta vitória de 2009, pode ser aliada também ao alto índice da abstenção eleitoral que assolou Moçambique.

O partido Movimento Democrático de Moçambique foi o terceiro partido a eleger parlamentares para a Assembleia Nacional e obteve uma votação relativamente expressiva para um partido que nunca havia eleito nenhum político para o Congresso Nacional do País.

Gráfico 5: Resultados das Eleições Gerais de 2009



Fonte: Comissão Nacional de Eleições, Elaborado pelos autores, (2017).

3.6.4 Eleições Gerais de 2014

Pela quinta vez, desde o estabelecimento de um sistema político multipartidário no país, os moçambicanos foram às urnas para eleger um novo presidente de entre três candidatos Filipe Nyusi, representando a FRELIMO; Afonso Dhlakama, RENAMO, e Daviz Simango, pelo MDM.

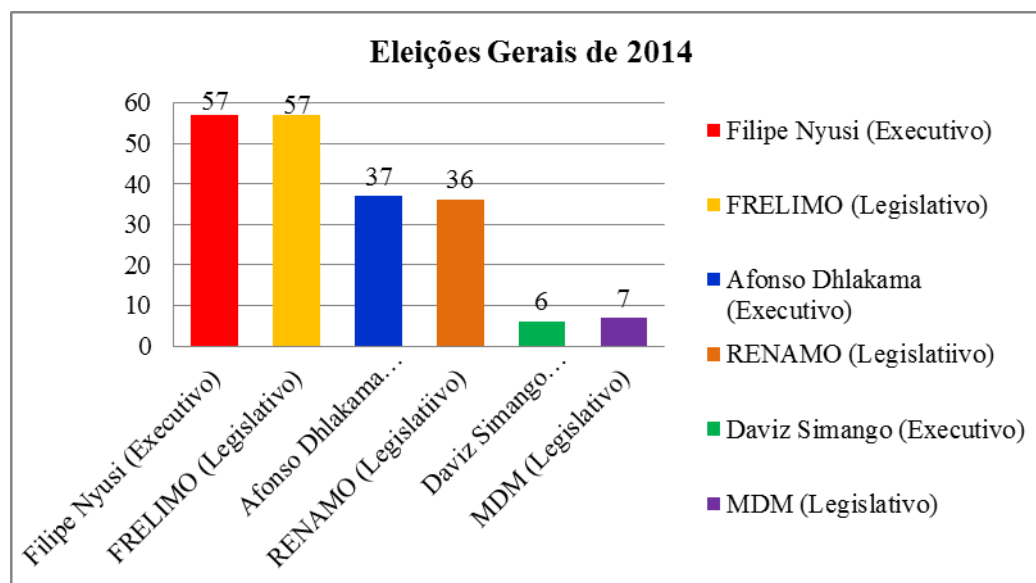
A vitória da FRELIMO e o seu candidato nas passadas quartas eleições gerais de 2009 demonstrou um aumento do seu apoio de 53% dos votos em 1994, ver no Gráfico 2 para 75% em 2009, ver no Gráfico 5, mas essa tendência teve um declínio nas eleições de 2014, onde o partido Frelimo teve 57% contra 36% da Renamo e 7% para o MDM, ver no Gráfico 6.

Nessas eleições de 2014, foi o ano que do ponto de vista de explicação sócio histórico das eleições, houve virada, pois em 2004 e 2009, a FRELIMO conseguiu ganhar quase a totalidade das províncias que a RENAMO historicamente dominava, mas nas eleições de 2014 houve quase um revés ou mesmo um regresso da RENAMO as suas origens.

Duas explicações são possíveis de serem avançadas: 1- Porque o candidato da FRELIMO foi visto naquelas duas últimas eleições (2004 e 2009) como a esperança, e de fato muitos escritos, como De Brito (2014) e outros, sustentam que o candidato da FRELIMO - Armando Guebuza, foi visto como “novo messias” ou se quisermos que pudessem conseguir salvar Moçambique da corrupção, da pobreza, entre outras mazelas que sempre foram a “*práxis continuum*” em Moçambique. 2- O fato do discurso quase constante da FRELIMO naqueles dois processos foi de um Moçambique sem divisionismos, sem tendências regionalistas e que combateria a pobreza absoluta que assolava Moçambique.

Para o caso das eleições presidenciais, também notou-se uma descida na diferença percentual de votos entre os dois principais candidatos, mesmo tomando em consideração que para o candidato da Frelimo, Filipe Nyusi, era a sua primeira eleição, e o resultado para este candidato Filipe Nyusi foi de 57% contra 37% do seu opositor direito Afonso Dhlakama e para o Daviz Simango 6%, ver no Gráfico 6.

A Renamo, tem vindo a demonstrar uma tendência descendente desde 1999, altura em que recebeu 47% caindo para 20% em 2009, recuperou em 2014 onde obteve 37% dos votos com o seu candidato presidencial, ganhando em cinco das onze províncias (excluindo a diáspora); o seu pobre desempenho no passado ficou a dever-se possivelmente a um período de descrença no partido, à elevada abstenção e ao nascimento de uma terceira força de oposição, o MDM, que atraiu na sua primeira aparição 4% do eleitorado, e vem subindo consideravelmente chegando aos 7% em 2014, (SANCHEZ, 2014).

Gráfico 6: Resultados das Eleições Gerais de 2014

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, Elaborado pelos autores, (2017).

A partir dos dados apresentados neste capítulo, compreende-se que houve mudanças institucionais que permitiram, de um lado, amenizar os conflitos pós-eleitorais em todas as eleições realizadas em Moçambique. De outro lado, estas mudanças institucionais tinham como pano de fundo, procurar desenhar uma instituição de administração eleitoral, credível pelos partidos e não só, ser uma instituição independente, transparente e que não interferisse nos resultados eleitorais.

Isso não tem sido verificado, visto que, primeiro - em nenhuma eleição, os partidos da oposição, principalmente a RENAMO, assumiu publicamente a derrota. O que se verifica é a reclamação de fraude e falta de transparência na condução do processo. Segundo, o processo de votação das deliberações finais na comissão nacional de eleições, nunca foi consensual, o que significa que tem sido por maioria simples. Como a FRELIMO e o governo tem indicado parte considerável dos seus membros (50+1) até 1999, desde 2004, indicam personalidades da Sociedade Civil. Neste contexto, a oposição dificilmente pode impedir o prosseguimento de resultados homologados pela comissão eleitoral, no escopo da maioria simples.

De acordo com o que as pesquisas e análises somente o primeiro presidente não é tão criticado, assumindo-se que conduziu o processo com profissionalismo e rigor pautado pela transparência e independência na tomada de decisão. Contudo, estas mudanças institucionais, tiveram simplesmente a intenção de perpetuar ainda a competição política entre os dois

principais partidos, visto que, os partidos extraparlamentares e os *out-sides* no parlamento Moçambicano, como o caso da U.D e o MDM, não tem tido tamanha representatividade, o que dificulta sua atuação como agente influente.

No que tange a análise dos resultados eleitorais, foi feita de acordo com os dados eleitorais oficiais, disponíveis no site da Comissão Nacional de Eleições de Moçambique. Porém, a nossa estratégia de análise e interpretação dos resultados e cálculo das percentagens foi feita tendo em conta os votos validos e por meio disso, conseguimos perceber a dominância mesmo que de forma mínima dos dois principais partidos (FRELIMO e RENAMO) e na estrutura em si do sistema partidário moçambicano.

4 CAPÍTULO IV: PARTIDOS PARLAMENTARES E AS DISPUTAS PARA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Neste capítulo falaremos dos partidos eleitorais e da distribuição dos assentos na Assembleia da República de Moçambique no período das cinco eleições legislativas. Nota-se que na disputa das eleições legislativas, a distribuição dos assentos parlamentares tem tido maior domínio nos dois principais partidos (FRELIMO e RENAMO).

Entretanto nessa disputa temos tido vários partidos, mas, a maior parte dos mesmos são regionais, eis a razão diga-se de passagem da predominância da FRELIMO e RENAMO que são partidos nacionais e atualmente o MDM que subindo ligeiramente eleição a pós eleição, (TERENCIANO ; SOUZA, 2016). Outro fator é que em média temos mais de 25 partidos eleitorais, espalhados pelo país porém, a maior parte deles são regionais, daí os resultados dos mesmos serem ínfimos, e conseqüentemente não chegam a atingir 1% dos resultados eleitorais do país em cada eleição.

4.1 PARTIDOS PARLAMENTARES E DISPUTAS PARA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Estudar eleições e competição política em Moçambique apresenta-se importante, pois permite compreender como, ao longo de uma linha continua (5 eleições realizadas em Moçambique), vem se dado a distribuição dos assentos eleitorais nas diferentes regiões que compõem Moçambique.

Assim, destacamos que é de suma importância apresentar de forma sumarizada os resultados das eleições nas províncias e destacando os anos eleitorais, o percentual de votação e o número de assentos que cada um dos dois partidos (FRELIMO e RENAMO) conseguiu obter nas mesmas regiões, isso para a posterior conseguir visualizar a zonas dominância dos partidos, que ilustrado através de um mapa, as configurações e metamorfoses ao longo do tempo.

4.2.1. Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 1994

Na análise da distribuição dos assentos, vindas das eleições legislativas de 1994, nota-se um ligeiro equilíbrio entre a FRELIMO e RENAMO, onde a FRELIMO, teve 129 assentos do total de 250, a RENAMO 112 assentos, ver na Tabela 3. Nessa distribuição, a ênfase é para a zonas de domínios dos principais partidos, onde para a RENAMO podemos constatar que ela tem uma certa simpatia na zona centro do país (Zambezia, Tete, Manica e Sofala) e para a FRELIMO na zona sul (Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade) onde os dois partidos tiveram número de assentos consideráveis. Para além da FRELIMO e RENAMO, houve uma pequena coligação, a União Democrática, cuja votação ultrapassou ligeiramente a barreira dos 4% e obteve 9 assentos, conforme ilustra a Tabela 3.

Tabela 1: Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 1994

Região	Eleição Província	1994					
		Frelimo	%	Renamo	%	UD	%
Norte	Niassa	7	64%	4	36%	0	0%
	Cabo Delgado	15	47%	16	50%	1	3%
	Nampula	20	45%	22	50%	2	5%
Centro	Zambézia	18	37%	29	59%	2	4%
	Tete	5	33%	9	60%	1	7%
	Manica	4	31%	9	69%	0	0%
	Sofala	3	14%	18	86%	0	0%
Sul	Inhambane	13	72%	3	17%	2	11%
	Gaza	15	94%	0	0%	1	6%
	Maputo Prov	12	92%	1	8%	0	0%
	Maputo Cidade	17	94%	1	6%	0	0%
Total		129	52%	112	45%	9	4%

Fonte: CNE- Moçambique, Adaptado pelos autores (2017).

4.2.2. Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 1999

Na distribuição dos assentos nas eleições de 1999, tivemos uma coligação entre a RENAMO e a União Democrática, e por isso tivemos apenas dois partidos a representarem o congresso nacional, e com mais uma vez um ligeiro equilíbrio, onde a FRELIMO teve 133 assentos em 1999, contra 129 que o mesmo partido obteve em 1994 e 117 da RENAMO - UE nas eleições de 1999, contra 112 em 1994, mais sem a coligação, ver na Tabela 3, outro fator relevante é a distribuição do voto, que se manterá praticamente inalterada nas eleições de 1999 comparativamente a eleição anterior (1994).

Com efeito, observa-se uma clara polarização regional do voto nos dois grandes partidos, com a FRELIMO dominando nas quatro províncias do Sul e em algumas zonas do extremo Norte, nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, e a RENAMO dominando áreas importantes das provinciais do centro (Sofala, Manica e Tete) e centro Norte (Zambézia e Nampula). As zonas onde a diferença é menor distribuem-se no essencial pelas províncias de Tete, Zambézia e Nampula.

Tabela 2: Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 1999

	Eleição Província	1999			
		Frelimo	%	Renamo	%
Norte	Niassa	6	46%	7	54%
	Cabo Delgado	16	73%	6	27%
	Nampula	24	48%	26	52%
Centro	Zambézia	15	31%	34	69%
	Tete	8	44%	10	56%
	Manica	5	33%	10	67%
	Sofala	4	19%	17	81%
Sul	Inhambane	13	76%	4	24%
	Gaza	16	100%	0	0%
	Maputo Prov	12	92%	1	8%
	Maputo Cidade	14	88%	2	12%
	Total	133	53%	117	47%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, elaborado pelos autores (2017)

4.2.3. Distribuição dos Assentos Parlamentares nas Eleições Legislativas de 2004

Na distribuição dos assentos para a eleição de 2004, começa a notar-se uma descida acentuada do partido RENAMO, comparativamente as eleições anteriores, nesta eleição de 2004, também tivemos dois partidos FRELIMO e RENAMO com assentos no congresso nacional, onde a FRELIMO teve 160 assentos contra 90 da RENAMO, ver na Tabela 3, uma descida de quase 15% da eleição de 1999. E no que concerne a distribuição de votos, a FRELIMO conseguiu vencer toda a zona norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula), centro do país (Tete) sul do país (Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade) e na diáspora, continuando em parte a perder na zona Centro (Zambézia e Sofala) e houve um empate em Manica.

Tabela 3: Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 2004

	Eleição Província	2004			
		Frelimo	%	Renamo	%
Norte	Niassa	9	75%	3	25%
	Cabo Delgado	18	82%	4	18%
	Nampula	27	54%	23	46%
Centro	Zambézia	19	40%	29	60%
	Tete	14	78%	4	22%
	Manica	7	50%	7	50%
	Sofala	6	27%	16	73%
Sul	Inhambane	15	94%	1	6%
	Gaza	16	100%	0	0%
	Maputo Prov	12	92%	1	8%
	Maputo Cidade	14	88%	2	12%
Diáspora	África	1	100%	0	0%
	Europa	1	100%	0	0%
	Total	160	64%	90	36%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, elaborado pelos autores (2017)

4.2.4. Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 2009

A distribuição dos assentos nas eleições legislativas de 2009, ficou dividida a três partidos, a RENAMO, como se vê na Tabela 5, conquistou 51 assentos, que representa uma média percentual de 20% do eleitorado. Como nas primeiras eleições multipartidárias de 1994, as eleições de 2009 tiveram um terceiro partido a conseguir assentos na Assembleia Nacional e a romper com o bipartidarismo na política governante do país. Com 3% do eleitorado, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) conseguiu obter 8 assentos parlamentares.

A FRELIMO, por sua vez, como um partido dominante em Moçambique, conseguiu aumentar enormemente o seu poder político com a conquista de 151 assentos parlamentares, equivale a 76% de média dos votos, igualmente um recorde em quatro eleições multipartidárias desde 1994, como veremos na Tabela 4.

Tabela 4: Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 2009

Região	Eleição Província	2009					
		Frelimo	%	Renamo	%	MDM	%
Norte	Niassa	12	86%	2	14%	0	0%
	Cabo Delgado	19	86%	3	14%	0	0%
	Nampula	32	71%	18	22%	0	0%
Centro	Zambézia	26	58%	19	42%	0	0%
	Tete	18	90%	2	10%	0	0%
	Manica	12	75%	4	25%	0	0%
	Sofala	10	75%	5	25%	5	25%
Sul	Inhambane	15	94%	1	0%	0	0%
	Gaza	16	100%	0	0%	0	0%
	Maputo Prov	15	94%	1	0%	0	0%
	Maputo Cidade	14	78%	1	3%	3	17%
Diáspora	África	1	100%	0	0%	0	0%
	Europa	1	100%	0	0%	0	0%
Total		191	76%	51	20%	8	3%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, elaborado pelos autores (2017)

4.2.5. Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 2014

Os moçambicanos renovaram também os 250 assentos da Assembleia Nacional, onde a FRELIMO tinha tido controlo total e uma atual maioria qualificada de 191 assentos, mas viu a sua representação cair para 144 assentos apesar de ainda controlar a legislatura. A RENAMO, agora com 89 assentos (51 em 2009) e o MDM juntando 9 assentos (2014) aos seus anterior 8 assentos (2009), totalizou 17 assentos em 2014 e consequentemente aumentou a sua representatividade, uma das razões, dessa perda de assentos por parte da FRELIMO, pode ter sido pelo fato de a FRELIMO concentrado os seus esforços e prioridade nas eleições presidenciais, conforme ilustra a Tabela 5.

Tabela 5: Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 2014

Região	Eleição Província	2014					
		Frelimo	%	Renamo	%	MDM	%
Norte	Niassa	7	50%	6	43%	1	7%
	Cabo Delgado	19	86%	3	14%	0	0%
	Nampula	22	47%	22	47%	3	6%
Centro	Zambézia	18	40%	22	49%	5	11%
	Tete	11	50%	10	45%	1	5%
	Manica	8	50%	8	50%	0	0%
	Sofala	8	38%	10	48%	3	14%
Sul	Inhambane	12	86%	2	14%	0	0%
	Gaza	14	100%	0	0%	0	0%
	Maputo Prov	12	71%	3	18%	2	12%
	Maputo Cidade	11	69%	3	19%	2	13%
Diáspora	África	1	100%	0	0%	0	0%
	Europa	1	100%	0	0%	0	0%
Total		144	52%	89	45%	17	4%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, elaborado pelos autores (2017)

4.2 DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTOS PARLAMENTARES DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1994 A 2014

Um sistema partidário é um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas. Essa definição implica três diferenças entre sistemas e não sistemas. Primeiro como Sartori (1976) mostrou, um sistema deve ter pelo menos dois elementos constitutivos; portanto, precisa ter ao menos dois partidos, como podemos verificar no contexto moçambicano, que temos no mínimo duas forças partidárias (FRELIMO e RENAMO) a disputarem as eleições desde 1994.

Segundo, a noção de interações padronizadas sugere que há algumas regularidades na distribuição do apoio eleitoral por partidos ao longo do tempo, mesmo que alguns deles ascendam e outros declinem. Terceiro, a ideia de um sistema implica alguma continuidade nos componentes que o formam. Portanto, “sistema partidário” implica alguma continuidade nos partidos (FRELIMO e RENAMO).

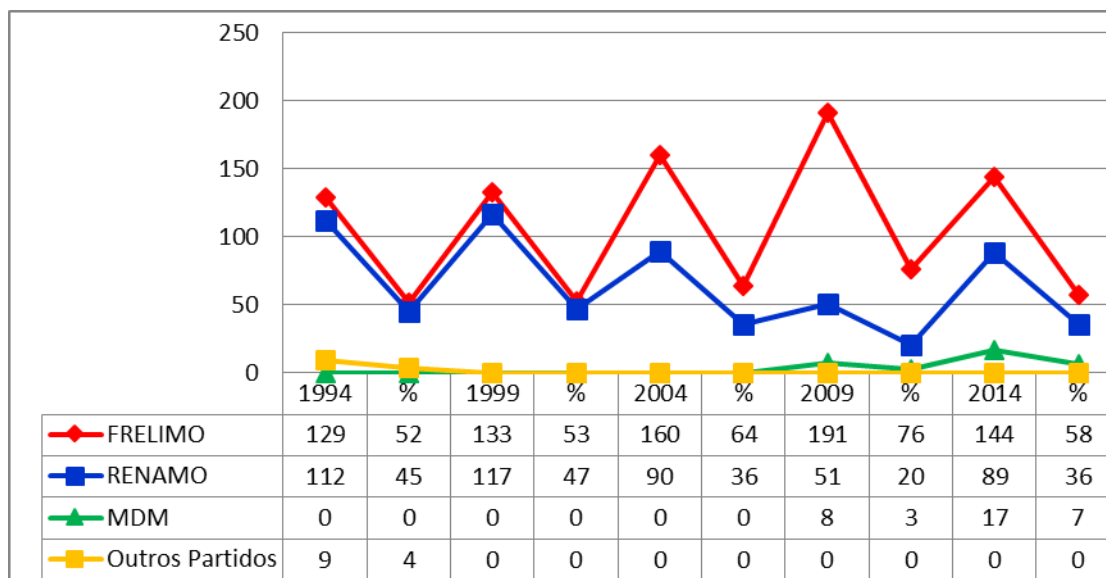
Como mostra o Gráfico 6, a FRELIMO aumentou o seu poder ano após ano (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014), com maior número de parlamentares na Assembleia Nacional, fator esse que, aliado à dominância de 20 anos do partido no executivo, deu-lhe condições de governar o país sem necessitar de qualquer tipo de apoio ou acordo com os demais partidos.

A supremacia de um partido dominador pode causar abalos no sistema democrático de qualquer país, haja vista que mesmo em sistemas democráticos com eleições livres e transparentes com direito ao voto para todos os adultos (como é o caso de Moçambique), quando não há o controle efetivo por parte de mais de um poder sobre as instituições legais, a instituição mais forte pode interferir na área de atuação das outras, (BATISTA, 2014).

Portanto, quando há um partido centralizador, sobre o qual a oposição não tem poder suficiente para enfrentá-lo na esfera política, é comum que possa haver abuso de poder e de autoridade, bem como favorecimento dos aliados. Em Moçambique, com um forte sistema semi-presidencialista concentrado, o Executivo acaba interferindo nos demais poderes. A

Constituição do país até possui mecanismos de freios e contrapesos por meio da separação de poderes²³.

Gráfico 7: Distribuição dos Assentos Parlamentares das Eleições Legislativas de 1994 a 2014



Fonte: Comissão Nacional de Eleições, elaborado pelos autores (2017)

Contudo, a dominação do Estado pela FRELIMO limita severamente esse sistema de freios e contrapesos, uma vez que é dirigido pelo Executivo. Presidente nomeia os juízes para os tribunais superiores (do Conselho Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Administrativo), e seus presidentes são todos membros do partido, que estão perto do presidente da República²⁴. Por sua vez, o Legislativo com maioria esmagadora dos parlamentares da Frente de Libertação de Moçambique aprova leis sem a necessidade de fazer emendas ou acordos políticos. Com relação a esse ponto, Salvador Cadete Forquilha e Aslak Orre consideram que:

Neste sentido, pode-se considerar que, em Moçambique, as transformações políticas no âmbito da “transição democrática” não foram capazes de trazer mudanças significativas nas lógicas de funcionamento das novas instituições. Em muitos casos, a hegemonia política da Frelimo retira transparência, abertura e inclusão no funcionamento das instituições públicas, tornando-as, em muitos aspectos, semelhantes ao que eram durante a vigência do regime de partido único, com consequências para a participação política em geral²⁵.

²³ BERTELSMANN Stiftung, BTI 2012 *Moambique Country Report*. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2012.

²⁴ *Ibidem*

²⁵ FORQUILHA, Salvador Cadete; ORRE, Aslak. *Transformações sem mudanças? Os Conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique*. In: BRITO, Luís de et al. (Org.). *Desafios para Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2011.

Posto isto, é possível perceber como as influências de partido único antes da multipartidarização do país em 1994 e a correlação de forças no âmbito da guerra civil²⁶ refletem de maneira a induzir a concentração de poder em um único grupo político, mesmo em um ambiente onde outros conjuntos podem ascender ao poder, mas não logram devido a não conseguirem mudar o *status quo*.

São muitos os problemas advindos da não alternância de poder, como os abusos de autoridade, corrupção endêmica e mesmo a falta de separação dos poderes²⁷, que prejudicam a isonomia e equidade das demais autoridades estatais que não sejam do poder executivo central.

A cultura política caracterizada por estruturas neo patrimoniais²⁸ que está instalada no país acaba por pôr a consolidação da estrutura democrática em risco, pelo fato de ser um fator que contamina as instituições políticas e causa descontentamento e desaprovação por parte da sociedade²⁹.

Este grande poder que a FRELIMO exerce sobre a política do país de forma hegemônica foi sendo construído desde o surgimento da Frente como um grupo guerrilheiro e foi se solidificando nos anos posteriores ao processo de paz. Como se pode ver adiante, nos processos eleitorais, a dominância da Frente de Libertação de Moçambique é absoluta em todos os pleitos eleitorais.

4.3 FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA – PARLAMENTAR DE 1994 A 2014

O grau de fragmentação do sistema partidário e parlamentar é evidenciado matematicamente a partir dos índices de fracionalização e de Número de Partidos Efetivos, (RAE, 1967). Uma medida do número de partidos relevantes de um dado sistema é o número

²⁶ Ibidem

²⁷ LALÁ, Anícia; OSTHEIMER, Andrea E. *Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (199-2003)*. Moçambique: Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

²⁸ Ibidem

²⁹ FORQUILHA; ORRE, op. cit.

de partidos efetivos, calculado através de uma expressão aritmética que pondera cada partido pelo seu peso relativo no parlamento.

É certo que o número de partidos de um sistema mantém direta relação com a fracionalização desse sistema, (RAE ; TAYLOR, 1970). Assim, o índice de fracionalização revela a proporção de dois eleitores e ou parlamentares votarem ou pertencerem a dois partidos diferentes. O índice que mede o número de partidos efetivos revela os partidos que realmente contam no sistema eleitoral.

Em muitas ocasiões como no caso do congresso moçambicano, podemos ter mais de 15 partidos eleitorais, mas na verdade os partidos que realmente contam não passa de 2 ou 3. Assim, quanto maior for o número de partidos de um dado sistema político, maior será a fracionalização desse sistema³⁰.

Tabela 6: Número de Partidos Parlamentares Efetivos 1994 - 2014

Período	Número de Partidos com Participação na Assembleia da República	Número de Partidos Efetivos
1994	3	2,1
1999	2	1,99
2004	2	1,85
2009	3	1,69
2014	3	2,12

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, Adaptado pelos autores (2018)

A tabela acima evidencia que o numero de partidos efetivos que mediu o grau de fragmentação ou dispersão do sistema partidário de Moçambique é formado por dois partidos relevantes, sendo que um dos partidos (FRELIMO) demonstrou no curso das eleições de 2004 e 2009 uma predominância.

³⁰ O número de partidos efetivos é calculado pelo inverso do somatório do quadrado da proporção de votos (ou cadeiras) que cada partido obteve na disputa eleitoral. Nesse estudo foi utilizado o cálculo do número de partidos efetivos baseado na percentagem obtida pelos partidos para cada eleição. Para efeito de comparação, ver Taagepera e Shugart (1989). O coeficiente de fracionalização é expresso pela diferença entre a unidade (um) e o somatório do quadrado da proporção de votos (ou cadeiras) de cada partido. $N = 1 / \sum v^2$ (ao quadrado) Onde: v é a proporção de votos obtidos por cada partido, o índice é assim calculado segundo Nicolau ; Lima Jr (1997). 1- A proporção de cada partido é elevado ao quadrado; 2- O resultado obtido por cada partido é somado; 3- Divide-se o número 1 pelo resultado obtido na soma anterior.

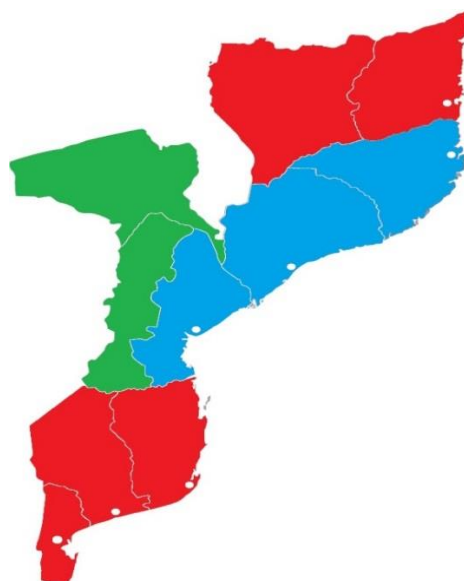
Verificamos também que o sistema partidário parlamentar é amplamente controlado pela FRELIMO, que mantém esse domínio no curso de cinco eleições consecutivas devendo muito a gênese da formação político partidária de Moçambique que a FRELIMO ao comandar ao processo de independência nacional, se confirmou como partido de Estado e por muitos anos, até a primeira eleição democrática pluripartidária, este fato rendeu a FRELIMO o controle da máquina burocrática do Estado.

Esse fato depois se transformou num domínio parlamentar isso numa trajetória path dependency, onde FRELIMO tem variado de um controle muito grande que chega 65% dos assentos, até a um controle de 55% o que indica que é um sistema bipartidário com partido predominante.

4.4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA DOMINÂNCIA DOS PARTIDOS EM MOÇAMBIQUE NAS ELEIÇÕES DE 1994 A 2014

As dinâmicas da dominância espacial eleitoral em Moçambique, são flutuantes e apresentam diversas tendências para a leitura e sua devida interpretação. Porém, se por um lado podemos explicar que há regiões de clara dominância dos principais partidos, de outro podemos dizer que há regiões que de certo alguns partidos não têm conseguido uma predominância, conforme explicado por, (SOARES ; TERRON, 2008, p, 275).

Figura 2: Distribuição Espacial da Dominância dos Partidos em Moçambique nas eleições de 1994 a 2014



Fonte: CNE-STAE; African Election Date Base. Adaptado pelos autores, Adoptado pelos autores, (2107)

	= Zonas de domínio da FRELIMO
	= Zonas de domínio da RENAMO
	= Zonas em Disputa

Conforme a Figura 2, nas zonas de domínio, o que diferencia os dois partidos é o fato da FRELIMO, com seu domínio nas províncias da zona Sul do País (Maputo, Gaza e Inhambane e a Norte do País – (Cabo Delgado e Niassa), ao longo do tempo consolidar mesmo que de forma inerme, a sua base de apoio eleitoral, entretanto a RENAMO, com o seu domínio na zona norte (Nampula – Maior Círculo Eleitoral de Moçambique)³¹, e no Centro do País (Zambézia e Sofala) ao contrário, tem vindo a perder sua base de apoio eleitoral nas regiões sob seu domínio e isso pode ser associada pelo fato destas regiões sob domínio da RENAMO, notabilizar se um aumento dos níveis de abstenção eleitoral, e uma parte do País é de disputa que são as províncias de (Manica e Tete), todas no centro do País.

Estudos existentes em Moçambique preocupados em demonstrar este fenômeno, concluem que a perda de apoio eleitoral se dá de fato em função do crescente número de abstencionistas, mas fazendo uma geografia eleitoral dos resultados eleitorais, percebe se que tanto os locais de maior votação da FRELIMO, assim como os locais de domínio da RENAMO, têm vindo a crescer este fenômeno. Deste modo, pode ser avançada a ideia

³¹ Os círculos eleitorais da Zambézia e Nampula são os círculos eleitorais mais populosos, representando em conjunto na análise da distribuição dos mandatos desde as eleições de 1994 a 2014, quase 40% dos mandatos parlamentares

segunda a qual, os dois principais partidos, são visados pelo fenômeno de abstenção, mesmo que de forma diferenciado, (TERENCIANO; SOUZA, 2016).

4.5 VOLATILIDADE PARTIDÁRIA NACIONAL NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE DE 1994 A 2014

A volatilidade eleitoral constitui um dos indicadores da institucionalização de um sistema partidário sob um regime democrático. Graus baixos ou moderados de oscilação da preferência eleitoral indicam que os partidos políticos participantes das disputas eleitorais são exitosos na tarefa de efetivamente canalizar as preferências do eleitorado de um país. Níveis elevados de volatilidade eleitoral, por outro lado, são vistos como evidência do precário enraizamento dos partidos na sociedade, (PAIVA, 2009).

Os estudos que enfatizam a importância da análise da volatilidade eleitoral, no contexto das novas democracias, são norteados pela premissa de que os padrões estáveis de competição interpartidária, portanto, de menor volatilidade eleitoral indicam que os partidos políticos são instrumentos importantes na formação da preferência do eleitor (MAINWARING, 1998 ; PERES, 2005; MAINWARING ; ZOCO, 2006; PAIVA, 2009).

Para esta pesquisa usamos esta variável, pois pretendemos verificar a direção do voto/assentos em percentual no período destas 5 eleições tendo como referência o desempenho individual dos partidos para verificarmos a relação entre ganhos e perdas no intervalo entre duas eleições.

O índice de volatilidade eleitoral mede o grau de mudança eleitoral entre duas eleições consecutivas, Dessa forma, a volatilidade eleitoral expressa o grau de adesão ou mudança da preferência eleitoral. Quanto menor for este índice, maior será a indicação da fidelidade/estabilidades do eleitorado. Dessa forma o índice mencionado mede o grau de estabilidade ou mudança eleitoral entre duas eleições consecutivas, (PIETRAFESA ; PAIVA, 2005).

Siqueira (1999) chama atenção para os cuidados que o analista deve tomar ao analisar os percentuais obtidos, com vistas a estar atentos para outras variáveis como: movimentos de

fusões e cisões das elites, entrada de novos eleitores em cena, etc que podem revelar índices de volatilidade que na verdade não expressam mudança de sentido do voto.

Outra preocupação foi expressa por Nicolau, (1997) que é o fato de poder ocorrer situações onde 100% do eleitorado de um partido migrou para o outro partido, mas este partido manteve o mesmo percentual de votos, o índice de volatilidade seria de 0%, em que pese a mudança do voto ter sido de 100%. Apesar destas possibilidades, (NICOLAU,1997 *apud* SIQUEIRA, 1999), mostrou por meio de análise de resultados de surveys e testes estatísticos a validade de se considerar a volatilidade agregada como um valor aproximado da volatilidade individual.

Tabela 7: Volatilidade Partidária Parlamentar da Assembleia da República de Moçambique de 1994 a 2014

Partidos	1994-1999		1999-2004		2004-2009		2009-2014	
	%		%		%		%	
Frelimo	51,60- 53,20	-1,60	53,20- 64,00	-10,80	64,00- 76,40	-12,40	76,40- 57,60	18,80
Renamo	44,80- 46,80	-2,00	46,80- 36,00	10,80	36,00- 20,00	15,60	20,40- 35,60	-15,20
EU	3,60	-						
MDM					3,20	-	3,20-6,80	-3,60

Fonte: Comissão Nacional de Eleições. Elaborado pelos autores (2018)

A volatilidade parlamentar para a representação na Assembleia da República de Moçambique de 1994 a 1999 revela que a ocupação dos assentos do desaparecido União Democrática, que acabou se coligando na eleição de 1999 com a RENAMO, é dividida entre a FRELIMO e a RENAMO (Gráfico 7).

Por meio do Gráfico 7, observa-se que a volatilidade de 1999/2004, revela a queda parlamentar da RENAMO que perde praticamente 10% do total dos assentos, e que são plenamente capturado pela FRELIMO, que obteve uma subida de 10% dos assentos. Para a eleição de 2004 a 2009, nota-se uma acentuada continua perda de assentos da RENAMO, que perde mais 15%, e a FRELIMO aumenta o seu poderio, tendo obtido uma subida de 12% , diga-se de passagem, uma subida de 2%, comparativamente a eleição anterior e por fim na eleição de 2009 a 2014, revela uma elevada queda dos assentos da FRELIMO, com isso tivemos uma recuperação muito acentuada da RENAMO, que consegue 15% dos assentos

perdidos na eleição anterior e para o proscrito MDM que obteve 3%, ou seja, os assentos perdidos pela FRELIMO foram divididos entre a RENAMO e o MDM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com a intenção de compreender a gênese, evolução e formato do sistema partidário parlamentar de Moçambique de 1994-2014. A evolução foi abordada a partir do estudo da configuração parlamentar e das disputas partidárias para o executivo de 1994 a 2014.

O estudo das disputas políticas para o executivo nos levou a retroagir a investigar até a implementação do sistema multipartidário em 1990, na tentativa de entender o porquê de tanto poderio, ou seja, a não alternância do poder por parte do partido FRELIMO, que desde a primeira eleição geral em 1994 vem vencendo e aumentando em parte o seu apoio eleitoral eleição após eleição.

Por outro lado a busca da explicação das eleições gerais de 2009 em Moçambique nos conduziu a tentar explicar os motivos principais da vitória expressiva do partido FRELIMO e o seu candidato Armando Guebuza.

O estudo do formato do sistema partidário foi elaborado através das disputas partidárias para o parlamento nacional, tomando como base, os resultados eleitorais legislativos e a volatilidade parlamentar.

Assim chegamos as seguintes conclusões:

As disputas eleitorais tanto para o executivo bem como para o legislativo foram intensamente Bi polarizadas durante todo o processo, onde tivemos os dois principais partidos (FRELIMO e RENAMO) a ter ambos uma representatividade no parlamento de 90% em quase todas as eleições realizadas. Enquanto isso, lentamente o partido MDM que foi criado em 2009, tem tentando, mas sem muito sucesso uma representatividade, com maior destaque para a eleição de 2014 que conseguiu obter 7% dos votos para o legislativo.

Para o caso particular da disputa para o executivo, se caracterizou também pela Bi polarização, mas com ênfase na FRELIMO que nessas cinco eleições teve três candidatos, dois quais dois deles conseguiram terminar os seus mandatos, correndo no momento o primeiro mandato do terceiro candidato, e para a RENAMO sempre teve único candidato

desde a primeira eleição 1994 até a de 2014, e quanto aos resultados do candidato da RENAMO foi variando, com destaque para a eleição de 1999 onde teve uma diferença percentual de 4% para com o candidato da FRELIMO na altura Joaquim Chissano.

Destacar também uma ligeira queda de popularidade do partido RENAMO e o seu candidato Afonso Dhlakama, que pode estar associado em parte aos índices elevados de abstenção, ao controle cada vez mais do partido FRELIMO a máquina de administração eleitoral, neste ponto podemos constatar que se no futuro breve tivermos uma administração eleitoral independente, poderíamos evitar assim as irregularidades (transparência das eleições) que sempre é avançada pelos partidos da oposição como sendo o fator das derrotas e a posterior poder-se-ia também pensar na introdução do voto obrigatório, como forma de evitar os altos índices de abstenção e isso poderia em parte galvanizar as disputas eleitorais.

Sobre o formato, desde a primeira eleição em 1994 Moçambique, vem se configurando num sistema partidário Bi partidário consubstanciando com o sistema de partido predominante. Isso porque nota-se que desde 1994 a FRELIMO é que esta no poder e o seu maior opositor tem sido a RENAMO, que sempre ficou em segundo lugar em todas as eleições e no parlamento nota-se um claro domínio da FRELIMO porque desde a primeira eleição teve maioria absoluta.

A volatilidade parlamentar dos partidos revela uma disputa entre os dois principais partidos (FRELIMO e RENAMO) denunciando um eleitorado em parte firmemente fiel. Assim a FRELIMO controla em média 75% dos assentos parlamentares nacionais, enquanto os demais partidos controlam 25% dos assentos.

Quanto à evolução do sistema partidário parlamentar moçambicano, verificamos que é caracterizada pela existência de um partido mãe (FRELIMO) que por conta das clivagens internas deu origem a RENAMO, que com a emenda constitucional de 1990 que deu origem ao multipartidarismo. Que na arena originária da RENAMO deu origem ao MDM. Contudo, dos novos atores políticos partidários, podem ser caracterizados como expressão das clivagens sócias econômicas e políticas que emergiram em Moçambique após a introdução do sistema multipartidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRIMAP. **Moçambique: Democracia e Participação Política**. Open Society Institut Network. 2009.
- ARAÚJO, S. **Pluralismo jurídico em Moçambique**. Uma realidade em movimento. Revista Sociologia Jurídica, n. 6, jan.-jun. 2008. ISSN: 1809-2721.
- BARACHO, J. A. de O. **Teoria Geral dos Partidos Políticos**. Brasília. R. Inf. Legisl. 1979.
- BATISTA, F. F. S. **Moçambique, do seu passado colonial ao sistema de eleições multipartidárias: Os desafios da pós-Operação de Manutenção de Paz para o País**, Florianópolis, 2014
- BARTOLINI, S.; MAIR, P. **Identity, competition and electoral availability: the stabilization of European electorates, 1885-1985**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- BOUNE, F. **Moçambique: 30 anos da Independência**. Africana Studia. Nº 8, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2005.
- BRAGA, M. do S. S. **Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizado**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4. Brasília, pp. 43-73. Julho-dezembro de 2010.
- BRITO, L. “**O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique**”, in Mazula, Brazão, *Moçambique, eleições, democracia e desenvolvimento*, Maputo, p. 473-499. 1995
- BRITO, L. de. «**O Sistema Eleitoral: Uma Dimensão Crítica da Representação Política em Moçambique**.» In Desafios Para Moçambique 2010, eds. Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, and António Francisco. Maputo: IESE, 17–30. 2009
- BRITO, L. de. et al. **Moçambique 2003: uma avaliação do potencial de conflito**. Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2003.
- BRITO, L. de. Comissão Nacional de Eleições: Uma reforma necessária. **IDeIAS. Maputo**. 2011
- BUDGE, I. **A new spatial theory of party competition: uncertainty, ideology and policy equilibria viewed comparatively and temporally**. British Journal of Political Science, v. 24, n. 4, p. 443-467, 1982.
- CAHEN, M. “**Mozambique. Histoire géopolitique d’un pays sans nation**”, Lusotopie, 1, Paris, Karthala 1998.
- CAU, H. S, **A construção do estado em Moçambique e as relações com o Brasil**, Porto Alegre, 2011.
- CARBONE, G. M. Political Parties and Party Systems in Africa: Themes and Research Perspectives. World Political Science Review. Volume 3, Issue 3. 2007

- CAREY, J e SHUGART, M. **Incentives to cultivate a personal vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas**. Electoral Studies, vol. 14, pp: 417-439, American Political Science Association, Washington, D.C. 1995.
- CARREIRÃO, Y de S. **O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente**. 2014.
- CÉSARIS, L. E. U de, **Reconceitualizando o Institucionalismo Histórico: path dependence, agencia e mudança institucional**. São Paulo. 2009.
- CERRONI, H, **Teoria do Partido Político**, São Paulo, Lech, 1982.
- CHICAVA, S. **Movimento Democrático de Moçambique: Uma nova força política na democracia moçambicana**. Cadernos IESE N° 2. Agosto. 2010
- COLOMER, J. **Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press. 2001.
- CARRILHO, N. A legislação eleitoral em Moçambique e a realização política e social. In B. Mazula, ed. **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo. 1995.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo, 1999
- DUVERGER, Maurice. **Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State**. London: Methuen & Co. 1959
- ENDERS, A. **História da África Lusófona**. Mem Martins, Editorial Inquérito. 1997
- FIGUEIREDO, M. **A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade**. São Paulo. Editora Sumaré, ANPOCS, 2008.
- GEFFRAY, C. **A Causa das Armas**, Porto, Edições Afrontamento. 1991
- HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1991.
- HALL, P e TAYLOR, R. **Political Science and the Three New Institutionalism**. Political Studies 44: 936-957. 1996.
- HANLON, J. **Mozambique: The Revolution under Fir**. London: Zed Press in RUGUMAMU, Severine e Osman Gbla. 1984.
- HERMELE, Kenneth. **Moçambique numa encruzilhada: economia e política na era de ajustamento estrutural**. Bergen, Noruega: Chr. Michelsen Institute/Department of Social Science and Development, 1990.
- LUNDIN, I., “Partidos Políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático”, Mazula, Brazão, **Eleições, democracia e desenvolvimento**, Maputo, Embaixada. dos países baixos, pp. 423-472. 1995
- KINZO, M. D. G. 2003. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, pp. 56-81
- KUENZI, M; LAMBRIGHT, G. (2001) “Party system institutionalisation in 30 African countries.” **Party Politics** 7(4):437-468.

- KRENNERICH, M. “**Mozambique.**” In **Elections in Africa**, A Data Handbook, edited by Dieter Nohlen, Bernard Thibaut, 645–58. Oxford: Oxford University Press 1999.
- LIMA, M. S. **Análise do Sistema Partidário Brasileiro: a Evolução das Bancadas Parlamentares na década de 90.** Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. 2005.
- LIMA Jr, O B de. **Democracia e Instituições Políticas democráticas no Brasil dos anos 80.** Layola. São Paulo. 1993.
- LIMA Jr, O B de. **Instituições políticas democráticas - o segredo da legitimidade.** Zahar. Rio de Janeiro. 1997.
- LINDEBERG, S. I. *Institutionalization of Party Systems? Stability and Fluidity among Legislative Parties in African Democracies.* Government and opposition, Vol 42. Nº 2. Pp 215-241. 2017.
- MACAGNO, L. **Fragmentos de Uma Imaginação Nacional.** Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 24 No 70, 2009.
- MACUANE, J. J. **Reforma, Contestação Eleitoral e Consolidação da Democracia em Moçambique.** Economia, Política e Desenvolvimento. Volume 1, n. 3, pp. 113-131. 2010.
- MAINWARING, S. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil.** Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. Party systems in Latin America. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (ed.). **Building democratic institutions: party systems in Latin America.** Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.
- MAINWARING, S; TOCAL, M. **Party System Institutionalization and Party System Theory After the third wave of democratization.** The Helen Kellogg Institute for International Studies. Working Paper- April. 2005
- MAINWARING, S; ZOCO, E. Political Sequences and the Stabilization of Interparty Competition: Electoral Volatility in Old and New Democracies. **Party Politics**, v. 13, n. 2, Mar., p. 155-178. 2006
- MAIR, P. **Party system change: approaches and interpretations.** Oxford: Clarendon Press, 1997.
- MARCH, J; OLSEN, J. **The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life**", en **American Political.** Science Review: 78:734-749. 1984.
- MARCONI, M; LAKATOS, E. **Metodologias do Trabalho Científicas: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos.** 7ª Ed. 3ª Reimpressão. São Paulo Atlas. 2009.
- MOZAFFAR, S. e J. SCARRIT. “The Puzzle of African Party Systems”. **Party Politics** 4: 399–421. 2005
- MÉNY, Y. **Government and politics in Western Europe.** Oxford: Oxford University Press, 1990.
- MINTER, W. **Apartheid's contras: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique.** Londres/New Jersey, Zed Books. 1994.

- NELSON, R, e SIDNEY W. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge: Cambridge University Press. 1982.
- NEWITT, M. **A History of Mozambique**. Londres, C. Hurst & Co. 1995.
- NICOLAU, J. e SCHMITT, **Rogério A. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. (Capítulo 3 tese de doutorado do Jairo Nicolau)**. Lua Nova. 1995.
- NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.
- NICOLAU, J. Notas Sobre os Quatro Índices mais Utilizados nos Estudos Eleitorais. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org). **O Sistema Partidário Brasileiro**. Diversidades e Tendências (1982-94). Rio de Janeiro, FGV Editora. 1997
- NORTH, Douglas. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. Nueva York: Cambridge University Press. 1990.
- NUVUNGA, Adriano. **Experiências com Partidos Políticos em Novas Democracias. O ‘deixa andar’ no quadro institucional em Moçambique**. Cadernos Adenauer VIII. Nº3. 2007.
- NYAKADA, P. V. **Logica Administrativa (1975-2006)**. Dissertação do Mestrado. Brasília, 2008
- O’LAUGHLIN, B. **A base social da guerra em Moçambique**. Estudos Moçambicanos, 10. 1992.
- OPELLO, W. **Pluralism and elite conflict in an independence movement: FRELIMO in the 1960s**. In *Journal of Southern African Studies* 2. 1975.
- OLIVEIRA, B. Q e DUAILIBE, Erika Pereira. **Sistema partidário e sistemas eleitorais: as leis sociológicas de Maurice Duverger e Giovanni Sartori no cenário político brasileiro**. XIX Encontro Nacional do CONPEDI. 2010
- PAIVA, D e BOHN, S R. **A volatilidade Eleitoral nos Estados, Sistemas Partidários e Democracia no Brasil**. Rev. Social. Polit. Cultur. V17, n 33, p 187-208, Jun 2009
- PEREIRA, H; QUOIAM V. **O papel da igreja católica no processo de desenvolvimento em Mocambique**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade Técnica de Lisboa, 2006.
- PERES, P. S. **Institucionalização do Sistema Partidário ou Evolução da Competição uma Proposta de Interpretação econômica da volatilidade eleitoral**. Opinião Pública, Campinas , Vol 19, nº 1, Junho 2013
- PINA, A. L. **Estructuras Electorales Contemporaneas**. Madrid. Editorial Tecnos. 1970.
- PITCHER, M. A. **Transforming Mozambique. The Politics of Privatization, 1975-2000**. **African Studies**. UK: University of Cambridge. 2002
- PIETRAFESA, P. A; PAIVA, D. Volatilidade eleitoral na Assembleia Legislativa de Goiás (1982-2002). In: In: CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DA UFG - CONPEEX, 3., 2006, Goiânia. **Anais eletrônicos do XIII Seminário de Iniciação Científica [CD-ROM]**, Goiânia: UFG, 2005. n.p.

- RAE, D. **The political consequences of electoral laws**. New haven and London, Yale University Press, 1967.
- RAE, D. W, TAYLOR, M. **The analysis of political cleavages**. Conn.: New Haven, Yale University Press, 1970.
- RICHEARDSON, R. J *et all*. **Pesquisa Social- métodos e técnicas**. 3ª Edição. Editora Atlas. São Paulo. 2008.
- RIBEIRO, F, **Institucionalismo da Escolha Racional e Institucionalismo Histórico: divergências metodológicas no campo da Ciência Política**. Pensamento Plural, Pelotas. 2012.
- ROSE, R.; MUNRO, N. **Elections and parties in new european democracies**. Washington, DC: CQ Press, 2003.
- SANDERS, E. **Historical Institutionalism**. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Orgs). **The Oxford book of political institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- SANCHES, E. **Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona – O caso cabo-verdiano**. Entidades, Percursos e Clivagens nos PALOP. 2010.
- SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Tradução de Wlatensir Dutra, Brasília. Editora da Universidade de Brasília. 1982.
- SARTORI, G. **Engenharia Constitucional**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília Editora Universidade de Brasília, 1996.
- SILVA, J. A da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
- SIQUEIRA, E. V. **Formato e Evolução do Sistema Partidário Eleitoral e Parlamentar do Pará– Uma Análise Comparada: 1945 – 62 e 1986 – 98**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 1999.
- SOUZA, M. do C. C. C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo. Editora Alfa-Omega. 1983
- TAVARES, J. **Sistemas Eleitorais nas democracias contemporâneas: Teoria, Instituições e estratégias**. José Giusti Tavares. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- TAVITS, M. The development of stable party support: electoral dynamics in post-communist Europe. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 2, p. 283-298, 2005.
- THELEN, K; STEINMO, S. **Historical Institutionalism in Comparative Politics**. In S. Steinmo, K. Thelen e F. Longstreth (eds), **Structuring Politics: Historic Institutionalism in Comparative Analysis**, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- TERENCIANO, F., SOUZA, C. **Democracia e Democratização na Africa Austral: Análise do sistema político e eleitoral de Moçambique e Zâmbia**. Apresentação no 12º Congresso da Associação Argentina de Análise Política, Cidade de Mendoza, Argentina, entre 12 a 15 de Setembro de 2015.

TERRON, S. **Geografia Eleitoral em foco**. In: Em Debate, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.8-18, mai. 2012.

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. **Political Science and the Three New Institutionalism**. Political Studies 44: 936-957. 1996.

HALL, P A; TAYLOR, R. C. R. (2003) “**As três versões do neo-institucionalismo**”. In Lua Nova Revista de Cultura e Política, nº 58, pp.193-223.

VIANA, N. **O que são partidos políticos**. Edição Germinal, Goiânia- Goiás. 2003

VINES, A. **Renamo: from terrorism to democracy in Mozambique?**, Center for Southern Africa studies – London: James Currey – Bloomington: Indiana University Press. 1996.

WARE, A. **Partidos Políticos y Sistemas de Partido**. ISTMO. Série Ciência Política. Colección. Madrid - Espanã. 1996

ANEXO

PARTIDOS ELEITORAIS EM MOÇAMBIQUE

Segundo o Portal do Governo moçambicano³² existem atualmente os seguintes partidos políticos em Moçambique:

- Partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)
- Partido Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)
- Frente Democrática Unida (FDU)
- Frente de Ação Patriótica (FAP)
- Partido para o Progresso do Povo de Moçambique (PPPM)
- Partido de Unidade Nacional (PUN)
- Frente Unida de Moçambique/Partido de Convergência Democrática (FUMO/PCD)
- Movimento Nacionalista Moçambicano/Partido Social Democrata (MONAMO/PSD)
- Partido da Convenção Nacional (PCN)
- Aliança Independente de Moçambique (ALIMO)
- Partido Ecologista de Moçambique (PEMO)
- Partido de Reconciliação Democrática (PAREDE)
- Partido Independente de Moçambique (PIMO)

³² <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por>. Acessado em 27 de Dezembro de 2017. 11:34.

- Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO)
- Partido Democrático para a Reconciliação em Moçambique (PAMOMO)
- Partido do Congresso Democrático (PACODE)
- Partido Trabalhista (PT)
- Partido Popular de Moçambique (PPM)
- Partido Democrático de Moçambique (PADEMO)
- Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD)
- Partido Social-Liberal e Democrático (SOL)
- Partido Democrático para a Libertação de Moçambique (PADELIMO)
- Partido Nacional Democrático (PANADE)
- Partido de Ampliação Social de Moçambique (PASOMO)
- Partido Nacional de Moçambique (PANAMO)
- Partido Nacional dos Operários e dos Camponeses (PANAOC)
- Partido Ecologista - Movimento da Terra (PEC -MT)
- Partido Renovador Democrático (PRD)
- Congresso dos Democratas Unidos (CDU)
- União Nacional Moçambicana (UNAMO)
- Partido Africano Conservador (PAC)

- Frente Liberal (FL)
- Partido União para Mudança (UM)
- Partido Livre Democrático de Moçambique (PLDM)
- Partido para a Liberdade e Solidariedade (PAZS)
- Partido de Reconciliação Nacional (PARENA)
- Partido dos Verdes de Moçambique (PVM)
- Partido para Todos os Nacionalistas de Moçambicanos (PARTONAMO)
- Partido Social Democrático de Moçambique (PSDM)
- Partido da Aliança Democrática e Renovação Social (PADRES)
- Partido Socializa de Moçambique (PSM)
- Partido Social Democrata Independente (PASDI)
- Partido Popular Democrático de Moçambique (PPD)
- Partido do Progresso Liberal de Moçambique (PPLM)
- União Moçambicana da Oposição (UMO)
- Movimento Juvenil para a Restauração da Democracia (MJRD)